

2016

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 8 - N. 02
Abril de 2016
ISSN: 2176 - 4883



EDIÇÃO ESPECIAL

**Desafios da democracia brasileira num contexto
de instabilidade: o que esperar para o país?**

Cláudio Gonçalves Couto

Helcimara de Souza Telles

Vitor Peixoto

Carlos Ranulfo Melo

Fernando Lattman-Weltman

Vera Chaia

Paulo Roberto Figueira Leal

Luiz Ademir de Oliveira

Alberto Vannucci

OPINIÃO

Érica Anita Baptista

Paulo Victor Melo



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA, MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

Coordenação:

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE
Aquilles Magide – UFPE
Arthur Leandro – Estácio de Sá
Bruno Dallari – UFPR
Cloves Luiz Pereira Oliveira – UFBA
Denise Paiva Ferreira – UFG
Érica Anita Baptista – UFMG
Gabriela Tarouco - UFPE
Gustavo Venturi Júnior – USP
Helcimara de Souza Telles – UFMG
Heloisa Dias Bezerra – UFG
Julian Borba – UFSC
Letícia Ruiz – Universidad de Salamanca
Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ
Luiz Cláudio Lourenço – UFBA
Malco Braga Camargos– PUC-MINAS
Mathieu Turgeon – UnB
Rubens de Toledo Júnior – UFBA
Paulo Victor Melo - UFMG
Pedro Floriano Ribeiro - UFSCar
Pedro Santos Mundim – UFG
Silvana Krause – UFRGS
Yan de Souza Carreirão – UFSC

Jornalista Responsável

Érica Anita Baptista

Equipe Técnica:

Bárbara de Oliveira
Roberto Rocha

Parceria

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e
Econômicas – IPESPE

Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política – DCP
Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte
Minas Gerais – Brasil –CEP:31.270-901
+ (55) 31 3409 3823
Email: revista.emdebate@yahoo.com.br
Facebook: Grupo Opinião Pública
Twitter: @OpPublica

As opiniões expressas nos artigos são de
inteira responsabilidade dos autores

EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política
Ano VIII, Número II, Abril 2016

SUMÁRIO

Editorial	5-8
Dossiê: Edição Especial	
• O que nos trouxe, o que nos espera?	
Claúdio Gonçalves Couto	9-16
• A crise política na ausência de política	
Helcimara de Souza Telles	17-26
• Presidencialismo de mandato máximo ou voto de desconfiança sem autodissolução do legislativo	
Vitor Peixoto	27-33
• Os partidos, a regra do jogo e a crise	
Carlos Ranulfo Melo	34-39
• Soma zero (ou ainda menos)	
Fernando Lattman-Weltman	40-46
• O impeachment da presidente Dilma Rousseff???	
Vera Chaia	47-54
• Impeachment sem crime representa riscos à estabilidade democrática	
Paulo Roberto Figueira Leal e Luiz Ademir de Oliveira	55-61

- **The “clean hands” (mani pulite) inquiry on corruption and its effects on the Italian political system**

Alberto Vannucci

62-68

Opinião

- **Partidos políticos e protagonismo: ideologia, punição e estratégias**

Érica Anita Baptista e Paulo Victor Melo

69-76

Colaboradores desta edição

77-78

EDITORIAL

Desafios da democracia brasileira num contexto de instabilidade: o que esperar para o país?

Nos últimos meses o Brasil tem sido marcado por grande instabilidade política. Os resultados das eleições de 2014 e a insatisfação com a vitória apertada da presidente Dilma Rousseff trouxeram às ruas grandes manifestações de grupos de direita que ensejaram respostas de grupos de esquerda. Assim, o jogo político atual, com toda sua complexidade, alcança um ritmo frenético que desembocou na aprovação do processo de *impeachment*, por parte da Câmara dos Deputados, contra a presidente eleita. A presente edição especial do periódico EM DEBATE, cujo tema é “*Desafios da democracia brasileira num contexto de instabilidade: o que esperar para o país?*”, vem discutir essa grande onda polarizada que paira sobre o país e o que verdadeiramente está em jogo nesse momento político.

O texto inicial da seção *Dossiê*, “O que nos trouxe, o que nos espera?”, de autoria do professor Claudio Gonçalves Couto, da Fundação Getúlio Vargas, aborda a ideia do “pecado original” do processo de impeachment ao traçar a trajetória histórica da consolidação da democracia através dos principais partidos que hoje imperam na política brasileira: PMDB, PSDB e PT. Ele afirma que esse jogo pelo poder disseminou a ideia de inimigos e não mais de apenas adversários políticos.

A professora do Departamento de Ciência Política e coordenadora do Grupo de Pesquisa “Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral” da Universidade Federal de Minas Gerais, Helcimara Telles, no artigo “Crise política ou ausência de política”, aborda inicialmente em seu artigo a questão da “ausência da política” que, por sua vez, produziu as crises que estão sendo vividas atualmente. Segundo a autora, é importante refletir alguns fatores que antecedem a crise e os fatos que são efeitos da crise, no

sentido de que a insatisfação política pode gerar um questionamento na própria legitimidade das instituições.

Vitor Peixoto, professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, no artigo “Presidencialismo de mandato máximo ou voto de desconfiança sem autodissolução do legislativo”, faz uma análise de conjuntura sobre os fatores que levaram à abertura do processo de impeachment da Presidenta da República pela Câmara dos Deputados e as possíveis consequências deste fato para o funcionamento do sistema político brasileiro. O autor afirma que foi instaurado um voto de desconfiança sem o custo de autodissolução do Legislativo, num claro movimento de “parlamentarização” do presidencialismo.

No artigo intitulado “Os partidos, a regra do jogo e a crise”, Carlos Ranulfo Melo, professor do Departamento de Ciência Política e coordenador do Centro de Estudos Legislativos da Universidade Federal de Minas Gerais, aponta dois fatores considerados decisivos para que se possa entender a crise atual e seus possíveis desdobramentos. O primeiro deles diz respeito ao que está se passando no nível do sistema partidário nacional. O segundo remete ao posicionamento de setores da sociedade e em especial da elite política frente a uma regra básica das democracias: o respeito aos resultados eleitorais. Segundo o autor, o Brasil enfrenta uma crise política sem perspectivas de resolução a curto prazo.

Fernando Lattman-Weltman, professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no artigo “Soma zero (ou ainda menos)”, retrata os desdobramentos e implicações claramente antidemocráticos da atual crise política brasileira. Para o autor, o jogo político neste momento apresenta-se encapsulado por uma dinâmica conflituosa de soma zero em que soluções pactuadas não parecem mais possíveis. Cabendo especular, por fim, sobre qual o mal menor a que se pode aspirar em tais circunstâncias.

Em “O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff”, Vera Chaia, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, analisa o processo de *impeachment* contra a presidente petista Dilma Rousseff desencadeado pela oposição ao seu governo. A autora destaca o papel da mídia na construção e formação deste processo, em especial a Rede Globo e a revista Veja. Além disso, segundo Chaia, chama a atenção “as manifestações grotescas e absurdas” dos deputados federais no momento de votarem.

Os autores Paulo Roberto Figueira Leal, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, e Luiz Ademir de Oliveira, professor na Universidade Federal de São João del-Rei, no artigo “Impeachment sem crime representa riscos à estabilidade democrática”, afirmam que o processo de *impeachment* em curso contra a presidenta Dilma Rousseff não atende aos requisitos básicos de caracterização de crime de responsabilidade. Dessa forma, ao se revelar como mero instrumento de uma maioria oposicionista para efetivar um jogo político bruto, acaba por produzir consequências perigosas para a estabilidade democrática futura.

Finalizando a seção *Dossiê*, Alberto Vannucci, professor de Ciência Política da *Università di Pisa* (Itália), através do artigo “The “clean hands” (*manipulate*) inquiry on corruption and its effects on the italian political system”, oferece um levantamento dos principais efeitos do inquérito judicial sobre a corrupção na Itália – a denominada “Operação Mãos Limpas” – sobre os sistemas político e partidário italianos. A abordagem do autor traz perspectivas interessantes a serem comparadas com o que ocorre no Brasil através da “Operação Lava Jato” que, tal qual o caso italiano, tem levado à prisão importantes lideranças políticas e empresariais do país.

Na seção *Opinião*, Érica Anita Baptista e Paulo Victor Melo, ambos doutorandos em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais, escrevem o artigo “Partidos políticos e protagonismo: ideologia, punição e estratégias”. Segundo os autores, o Brasil está mergulhado em uma crise

política que coloca em xeque a capacidade de representatividade da classe política e aumenta a descrença dos cidadãos em relação à política e aos partidos. A disputa de poder torna-se cada vez mais evidente e a democracia fica em segundo plano. Paralelo a isso, observa-se uma crescente polarização argumentativa na sociedade e um grave clima de intolerância política.

O QUE NOS TROUXE, O QUE NOS ESPERA?

Cláudio Gonçalves Couto

Fundação Getúlio Vargas/Secretário Executivo da ANPOCS

✉ claudio.couto@fgv.br

Resumo: Para além de seus efeitos imediatos, a crise política brasileira, que culminou no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, tem consequências de mais largo prazo. Ela lançou para polos politicamente antagônicos partidos que atuaram simultaneamente como parceiros e como competidores de um mesmo setor, o campo progressista. O conflito extremo inerente à disputa sobre a legitimidade do processo de impeachment tornou muito difícil que PT, por um lado, PMDB e PSDB, por outro, voltem a relacionar-se como adversários leais ou, até mesmo, parceiros.

Palavras-chave: Crise Política; Partidos Políticos; Conflitos Políticos.

Abstract: Apart from its immediate effects, the Brazilian political crisis that culminated in the impeachment of President Dilma Rousseff, has longer-term consequences. It sent to antagonistic poles political parties which acted both as partners and as competitors in the same sector, the progressive camp. The extreme conflict inherent in the dispute over the legitimacy of the impeachment process has made it very difficult for PT, on the one hand, PMDB and PSDB, on the other, go back to relate as loyal opponents or even partners.

Keyword: Political Crisis; Political parties; Political conflicts.

A crise brasileira atual, que culmina com a aprovação do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados, embute um aspecto particularmente grave se considerada a grande perspectiva histórica. Ela leva para polos antagônicos no campo dos procedimentos de competição política atores chave do processo de redemocratização brasileira, no caso, os principais partidos da cena política nacional: o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Mesmo que operando ao longo de todo esse período como competidores em diversos âmbitos e circunstâncias, esses partidos perfilaram-se do mesmo lado do embate contra o regime autoritário. O PMDB herdou o

nome e o aparato organizacional do velho MDB, única agremiação legal de oposição durante a ditadura militar. De sua costela brotou o PSDB, já ao final dos anos 80, levando consigo boa parte do que poderia ser entendido à época como a continuação efetiva da tradição do MDB Histórico – tanto em termos das lideranças que lhe criavam, como no que concerne a seu posicionamento político originário, no âmbito do que se poderia denominar como “campo progressista”. A essa altura, o PMDB já havia se tornado algo muito parecido com o que conhecemos hoje, um gelatinoso amontado de políticos pragmáticos, atavicamente governistas e mais propensos a posições conservadoras do que progressistas.

O PT, por sua vez, nasceu e correu por algum tempo ao largo do processo que transformou e deu origem às outras duas agremiações. Em sua criação, na virada dos 70 para os 80, o partido chegou a atrair momentaneamente algumas lideranças que ficaram na dúvida entre embarcar no seu projeto – originariamente muito mais movimentista que institucional – ou apostar no bem mais seguro caminho da continuidade emedebista. A mais célebre destas lideranças titubeantes foi Fernando Henrique Cardoso, que descrente da proposta e da viabilidade petistas, inicialmente ficou no PMDB, rompendo depois com ele para dar origem ao mais vertebrado PSDB.

As relações do PT com os outros dois nunca foi fácil. De início, denunciava o conservadorismo emedebista e propunha formas mais radicais de democracia e de ação política de um modo geral. Daí suas seguidas negativas às tentativas de cooptação por parte da agremiação maior. Um primeiro episódio importante, pois constitutivo dessa relação, foram às eleições municipais de 1985, em São Paulo. Naquele momento, o então candidato peemedebista, Fernando Henrique Cardoso, bem como seu partido, conclamaram os petistas a lhe hipotecarem apoio, sob o argumento do “voto útil”. Segundo tal argumento, não faria sentido aos progressistas, numa eleição ainda sem segundo turno, facilitar a vitória de um conservador como Jânio

Quadros. Para evitá-la, a fórmula paternalmente sugerida pelos peemedebistas era simples: a desistência do candidato petista, Eduardo Suplicy, apoiando o candidato progressista “viável”. Tomada como indecente e arrogante, tal proposta foi repudiada. Fazia sentido tal rechaço para um partido que ainda buscava se afirmar e que obteve alentados 20% dos votos naquela eleição. Fernando Henrique, o peemedebista, perdeu para Jânio por menos de 3% de diferença, depois de ter-se deixado fotografar sentado na cadeira de prefeito.

A desfeita do convite e a insolência da recusa ficaram marcadas como mágoas duradouras para as duas agremiações. No caso dos aliados de Fernando Henrique, tal mágoa foi levada como espólio depois do desembarque do PMDB, três anos depois, quando o PSDB foi criado. Não foi à toa que as relações entre petistas e tucanos tenham sido tão áspera durante os quatro anos da tumultuada gestão de Luíza Erundina na Prefeitura de São Paulo. Apesar dos dois partidos ainda possuírem naquele momento algumas afinidades relacionadas à luta histórica comum de seus dirigentes pela redemocratização, engalfinhavam-se como irmãos ciumentos.

Essa luta histórica tinha alguns capítulos importantes, alguns dos quais protagonizados ainda pelo PMDB, antecessor dos tucanos. Em 1984, na campanha pelas Diretas Já, os dois partidos estiveram juntos nos palanques país afora. Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira e a opção peemedebista por disputar a presidência no Colégio Eleitoral, deu-se a ruptura com o PT. Isolado no campo oposicionista, o ainda liliputiano partido optou por não comparecer ao Colégio Eleitoral, punindo com a expulsão os parlamentares dissidentes de uma diminuta bancada de oito deputados. Com essa atitude, demarcava o terreno de sua opção por uma atuação democrática muito menos conciliadora do que aquela aceita pelos peemedebistas.

A repetição dessa postura, aí já com o PSDB criado, ocorreu por ocasião da votação final da Assembleia Nacional Constituinte, ao final de 1988, quando o PT foi o único partido a votar contra o texto final, por

considerá-lo demasiadamente conservador. Mesmo assinando a Carta, os parlamentares constituintes petistas – Lula entre eles – novamente marcavam posição contra o que consideravam um novo episódio do conservadorismo da transição brasileira. Mais uma vez ficaram isolados em sua posição.

O segundo turno das eleições presidenciais de 1989, quando o PT obteve o apoio dos tucanos e de setores importantes do PMDB (rechaçou o de Ulysses Guimarães), mostrava que as afinidades herdadas da transição para a democracia ainda pesavam, a despeito dos duros embates ocorridos noutras situações. Ao menos em alguma medida, foi deixada de lado aqui a propensão petista de negar qualquer forma de conciliação com aqueles que não abraçassem suas concepções mais radicais de democracia e de prioridades substantivas, ocorrida tanto no Colégio Eleitoral como na Constituinte.

Na realidade, nesse período já se gestava uma modificação na percepção petista acerca do jogo democrático, impulsionada sobretudo pelas experiências governamentais do partido em nível municipal. A necessidade de se compor com adversários eleitorais para construir maiorias legislativas – mesmo que pontuais – levava o partido a uma paulatina e crescente moderação. Novas vitórias eleitorais, que levaram ao contínuo aumento da bancada no Congresso, bem como à conquista governos estaduais, aprofundaram esta tendência. Procedimentalmente, o partido se tornou cada vez similar às suas duas grandes contrapartes na competição democrática, PMDB e PSDB.

Porém, se os procedimentos se assemelhavam, a rivalidade crescia entre os dois polos programaticamente mais consistentes dessa trinca, PT e PSDB. As disputas nacionais pela Presidência da República a partir de 1994, as contendas municipais e estaduais, a oposição petista sem trégua ao governo FHC, tudo isto aguçou cada vez mais a rivalidade entre os partidos. A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002, batendo um candidato tucano, aprofundaram ainda mais o cisma. Em seguida, seu discurso sobre uma

suposta “herança maldita” que lhe teria sido deixada pelo antecessor, bem como seu desdém por qualquer coisa que tenha sido feita anteriormente, tiveram o condão de aprofundar ainda mais tal diferença. As novas derrotas eleitorais, impostas aos tucanos nas três eleições subsequentes, dilataram a mágoa dos derrotados e a empáfia dos novos vitoriosos. A história comum da transição democrática foi-se tornando cada vez mais, apenas, uma reminiscência.

Enquanto isso, o PMDB se tornava, cada vez mais, o PMDB: um partido de adesão a qualquer governo. Apoiou aos tucanos, com FHC, e aos petistas, com Lula, enquanto isto lhe foi rentável. O peso de sua trajetória durante a redemocratização também se converteu cada vez mais numa mera reminiscência, algo que teve uma contrapartida no polo oposto da transição, com o herdeiro da ARENA (depois PDS, PPR, PPB), o PP. Este também se transformou num mero partido de adesão, que cabalava apoio parlamentar por cargos tanto com petistas como com tucanos. Sua condição de herdeiro do regime militar também virou mera reminiscência. Sua diferença em relação ao PMDB passou a ser fundamentalmente de escala; menor, tornou-se um arremedo menos poderoso do outro.

O passado comum, de coparticipes da transição de PT, PSDB e PMDB, foi substituído, num caso, por antagonismo, noutro, por contubérnio. Enquanto os dois primeiros migraram paulatinamente da lógica adversária para a inimizade, o PMDB se mostrou como o disponível parceiro de conveniência para qualquer um deles – embora sempre com um dote caríssimo.

A inimizade, associada ao inconformismo das seguidas derrotas eleitorais, levaram o PSDB à contestação dos resultados das urnas, mimetizando o velho comportamento udenista do pré-64. Um ensaio embrionário desta conduta se deu em 2010, quando se questionava o direito ao presidente de apoiar sua sucessora (como se fosse ele apenas um chefe de

Estado, e não também chefe de governo, que toma partido). A consumação desse comportamento ocorreu em 2014, já no dia seguinte à derrota eleitoral, quando lideranças tucanas questionaram a legitimidade da vitória eleitoral com base em boatos difundidos por redes sociais, requerendo uma recontagem dos votos.

Gestava-se ali, na contestação à vitória eleitoral com base em boatarias, o movimento pelo *impeachment*. Reforçando este movimento de negar legitimidade à vitória eleitoral, publicistas simpáticos à oposição alegavam que a candidata vitoriosa não houvera sequer conseguido uma maioria de votos; para justificar tal afirmação computavam como votos contrários a Dilma Rousseff não só os sufrágios destinados a Aécio Neves, mas também todos os votos nulos, em branco e ainda os não-comparecimentos. Esse raciocínio tortuoso fazia eco às alegações udenistas contra a vitória de Juscelino Kubitschek em 1955, por este não ter atingido uma maioria absoluta de votos, muito embora a regra eleitoral exigisse apenas a maioria simples.

Tem-se aí o “pecado original” do processo de *impeachment*. Mesmo antes que houvesse qualquer razão substantiva para o afastamento da presidente da República, já havia a disposição para fazê-lo. Nós, que já tivemos o “parlamentarismo às avessas” durante o Império, construímos um “*impeachment* às avessas” no ocaso da Nova República: não surgira uma motivação que justificasse o impedimento, mas decidira-se por um impedimento para o qual se buscava alguma justificativa. Embora iniciado pelo PSDB ao questionar a legitimidade da vitória eleitoral, esse movimento assumiu abertamente tal feitio pela mobilização das ruas, liderada por movimentos organizados de uma nova direita. Inicialmente avesso a abraçar abertamente tal bandeira, o partido se viu gostosamente compelido a fazê-lo, tendo como principal signatário do pedido de *impeachment* um de seus mais conhecidos juristas, Miguel Reale Júnior.

O PMDB, inicialmente alheio a tais movimentações e ainda aliado ao governo, foi lentamente mudando sua posição. Teve seu movimento facilitado pelo desgaste do governo, ocasionado pelas seguidas trapalhadas políticas da presidente e de seus assessores mais íntimos, bem como pelo esfarelamento da economia, causado pela bizarra política econômica do primeiro mandato. Somou-se a isto o desgaste provocado pelos escândalos advindos da Operação Lava Jato e a cobertura inclemente da mídia de oposição. De aliado solícito, ainda que caprichoso e caro, o PMDB se converteu no principal conspirador para a derrubada da presidente. O vice-presidente da República, interessado no cargo, e o presidente da Câmara dos Deputados, ávido por vingança e buscando proteção contra sua própria desgraça advinda de seus próprios escândalos, uniram-se para desembarcar da coalizão e por termo ao governo. Ao fazerem-no, deram o sinal para que lhe seguissem os demais partidos de adesão. E assim o governo acabou de vez.

Rompeu-se ali qualquer afinidade, mesmo uma reminiscência, que ainda unisse pela via procedimental os partidos que protagonizaram a transição democrática no Brasil. Produziu-se assim um imenso obstáculo para que, no futuro próximo, tais partidos ainda possam atuar numa lógica adversária, em vez de inimiga.

Permanecendo como agremiações ainda importantes na próxima quadra histórica, será um pesado passivo esta mudança dos padrões de relacionamento para uma interação na qual permanecerá a percepção de que um dos atores foi posto para fora do jogo de forma ilegítima pelos outros dois protagonistas. Uma eventual substituição dos atores centrais, talvez pela perda de espaço do PT no campo da esquerda, pode atenuar os efeitos práticos imediatos desse passivo. Porém, tal substituição não é uma operação simples, já que se trata de um partido com forte enraizamento em organizações da sociedade civil, que não serão simplesmente deslocadas para outras agremiações que, porventura, venham a ocupar no mercado eleitoral o espaço

DOSSIÊ
CLÁUDIO GONÇALVES COUTO
O QUE NOS TROUXE, O QUE NOS ESPERA?

até aqui ocupado pelo PT. O fato é que a democracia brasileira sai claramente fraturada desse processo, sendo que tal fissura é a mais clara involução do contínuo processo de aprimoramento democrático que vivemos desde o início dos anos 80.

A CRISE POLÍTICA NA AUSÊNCIA DE POLÍTICA

Helcimara de Souza Telles
Universidade Federal de Minas Gerais
✉ mara-telles@uol.com.br

Resumo: O artigo, proveniente de uma exposição durante o colóquio “Qual a saída para a crise política?”, ocorrido na UFMG no dia 30 de setembro de 2015, aponta alguns fatores geradores da crise político-institucional brasileira, bem como suas consequências. Um dos principais apontamentos é de que a profunda crise de legitimidade que ocorre principalmente na arena da representatividade pode acarretar a emergência de atores outsiders no cenário eleitoral. Assim, a crise política brasileira seria, na verdade, uma crise decorrente da ausência de política pelo presidencialismo de coalizão e por um modelo de gestão de insulamento burocrático, com impactos negativos sobre a democracia brasileira.

Palavras-chave: Crise Política; Democracia; Presidencialismo de Coalizão; Insulamento Burocrático.

Abstract: The article, from an exhibition during the conference “What is the solution to the political crisis?”, held at UFMG on September 30, 2015, points out some factors causing the Brazilian political-institutional crisis and its consequences. One of the main notes is that the deep crisis of legitimacy which mainly occurs in the arena of representation may lead to the emergence of outsiders actors in the electoral scenario. Thus, the Brazilian political crisis would, in fact, a crisis due to the absence of policy by the coalition presidentialism and a bureaucratic insulation management model, with negative impacts on Brazilian democracy.

Keywords: Political Crisis; Democracy; Coalition Presidentialism; Bureaucratic Insulation.

Fala proferida no Colóquio “Qual a saída para a crise política?”, realizada em 30 de setembro de 2015, na Universidade Federal de Minas Gerais.

Falar sobre crise política é uma coisa muito complexa porque existem várias hipóteses que circulam. E, existe, ainda, um outro diferencial: quando você fala para o mundo acadêmico, você não tem que se responsabilizar pelas suas palavras. Quando você pretende analisar uma crise política na gravidade de um momento como este, deve-se ter sempre muito cuidado com o que se vai dizer, em função das repercussões que qualquer análise pode ter durante a crise.

Mas, eu começo a minha fala questionando: nós temos uma crise política ou nós temos a ausência de política? Eu acho que são duas coisas completamente diferentes. Nós passamos por uma crise política. Ela é visível nos meios de comunicação, é visível pela confusão em que se meteu o Governo Federal. Mas, o meu ponto de vista aqui – porque eu não vou apontar saídas, eu não tenho essa capacidade de apontar saídas –, é a de que a crise política no Brasil foi produzida pela ausência de política, tanto por parte dos partidos, quanto por parte dos executivos. A crise política existe porque a política se encontra ausente.

E alguns rumos que podem explicar um pouco esta é pensar a questão da corrupção. A corrupção, apesar de ela ser uma variável recorrente há muitos anos no Brasil, em diversas campanhas e em diversos discursos, ela somente recentemente passou a ser algo importante para organizar as ruas, para pautar os eleitores e para ter impacto efetivo sobre a popularidade da presidente. Por que só agora um tema que é tão antigo na política brasileira foi capaz de afetar, desde janeiro de 2015, de modo muito forte, a popularidade da presidente?

Eu quero começar pela questão da “ausência da política”, para explicar o impacto e as razões pelas quais a corrupção se tornou um eixo organizativo da crise política, ainda que a corrupção seja apenas a ponta de um iceberg muito maior. As relações que eu pretendo estabelecer são aquelas existentes entre a corrupção e os protestos antigoverno. Nós sabemos que estes protestos têm sido constantes. Eles ocorreram não apenas nas ruas, mas no espaço virtual, nos quais existe uma polarização. Além disso, quero refletir sobre em que medida os partidos políticos - centrais numa democracia -, as instituições e os programas que são adotados pelo atual governo afetam a adesão dos grupos de manifestantes antigoverno e de outros grupos da sociedade, à própria democracia. E, se nós podemos hoje pensar na expansão de um pensamento conservador como produtor também desta crise.

O fato de haver um pensamento conservador não é gerador de crise. Contudo, é importante refletir sobre alguns fatores que antecederam a crise e outros fatores que são efeitos da crise política, entre os quais se destacam a emergência de uma Nova Direita, o papel das campanhas personalistas que foram sendo levadas a cabo no Brasil, baseadas mais em valências e menos em ideologia; o papel da piora dos indicadores econômicos, a reduzida institucionalização do sistema partidário, o crescimento do antipetismo, além da influência da mídia. Como estes fatores se organizam num mosaico bastante complexo para produzir a ausência de política e, portanto, a crise política.

Existem evidências nas diversas pesquisas que o Grupo Opinião Pública têm feito ao longo desse ano e ao longo de 2011, através de surveys e de pesquisas qualitativas, de que existe o crescimento de uma Nova Direita no país. O crescimento da Direita mais radical não é exclusivo do Brasil, também na Europa o eixo de expansão dos grupos mais conservadores e à direita tem sido constante, fenômeno que se repete também nos Estados Unidos, com os “Teas Parties”.

Mas, no Brasil, nós podemos encontrar nas pesquisas, evidências de um pensamento de direita e, sobretudo, uma questão que preocupa mais do que um pensamento conservador: evidências de um antipartidarismo reativo, que foi presente também nas décadas de 80 e 90 na Espanha, na Itália, na Grécia. Este antipartidarismo se expandiu nestes países em função do aumento da percepção da corrupção. De acordo com vários estudos de Gunther, de Montero, de Torcal, o antipartidarismo reativo é um problema para a democracia e a nossa hipótese é a de que existe um antipartidarismo reativo crescente no Brasil junto com a expansão desta Nova Direita.

Além disso, uma outra hipótese que nós estamos apenas constatando, através das inúmeras pesquisas, são indícios de crescimento também de indivíduos de perfil democratas do tipo “ambivalente”, já encontrados na

América Latina. Estes são indivíduos que apoiam a democracia, desde que haja desenvolvimento econômico. Então, inicialmente acredito que todos esses temas – antipartidarismo e democratas ambivalentes -, estão presentes hoje no Brasil. E um crescimento de uma Nova Direita no Brasil, que se coloca entre os manifestantes antigoverno, que se expressa na em uma forte resistência a qualquer política ou a algumas políticas de bem-estar que foram produzidas ao longo de vários governos anteriores.

Através de surveys realizados pelo Grupo Opinião Pública, pode ser observado que, dentre os manifestantes que foram às ruas protestar contra o governo, esta resistência às políticas e aos programas de inclusão social podem ser demonstrado em inúmeros pontos característicos desta Nova Direita: o desacordo em relação aos programas de inclusão por cotas, quanto em relação ao enorme apoio neste grupo da redução da maioridade penal, quanto ao fato de haver um pensamento bastante hierarquizado no sentido do anti-igualitarismo, quanto uma hierarquia territorial, na medida em que parte significativa deles considera que os pobres não têm consciência política para votar e que os nordestinos também teriam menos capacidade cognitiva.

Completando esse quadro, a maior parte destes manifestantes são contrários a vindas de indivíduos originários de Cuba para trabalhar no Sistema Único de Saúde (SUS) e consideram que programas de inclusão e de combate à pobreza, como por exemplo a Bolsa Família, são programas que tornam as pessoas mais preguiçosas. Estes são alguns indicadores, entre os inúmeros que nós estamos construindo, que não são indicadores de ideologias feitos apenas numa escala linear de 0 a 10, mas são medidas consistentes, realizadas através de baterias de perguntas.

Pode-se observar, ainda, que existe entre estes manifestantes, uma profunda indignação pela corrupção, uma profunda indignação e insatisfação com a política. Mas, eles foram às ruas também para pedir o afastamento da presidente Dilma e pedir a saída do PT. Contudo, mais do que a corrupção, ao

construir esses índices para avaliar esse grupo, o que se observa é que o que conecta esse público em suas diversas dimensões é um forte antipetismo. E quando perguntados, para esse público - mais escolarizado, formado mais por pessoas brancas e 57% com nível superior, etc. - qual é o seu posicionamento ideológico, eles respondem espontaneamente que são de centro-direita.

Alguns outros indicadores podem demonstrar a ideologia de direita, presente entre estes manifestantes: primeiro, eles prezam a liberdade individual e a econômica, eles avaliam que os impostos atuais são muito altos e estão de acordo que o direito de propriedade é fundamental. Além disso, rechaçam as políticas, inclusive de redistribuição fundiária. Consideram, ainda, que o principal problema do Brasil hoje, para além das questões econômicas – a crise econômica é uma preocupação minoritária a ponto de apenas 3,7% -, é o fato da corrupção estar assolando o país. Além disso, apoiam as políticas punitivistas, ou seja, o direito à portar armas, a redução da maioria, a defesa da pena de morte.

Feitos esses indicadores, nós também verificamos a dimensão da democracia nesses protestos, tendo em vista que estes indivíduos apoiam o direito às manifestações públicas. Uma dimensão importante da democracia é a questão de seu procedimento. E, se sabe que o maior nível de satisfação com o desempenho do governo vai aumentar a crença de que os partidos representam os eleitores. Nesse grupo de manifestantes, a insatisfação com o governo é muito grande.

Por outro lado, observa-se teoricamente que a percepção mais positiva sobre a eficácia do governo também poderia aumentar o partidarismo. Alguns estudos realizados pelo PNUD – Programa Nacional das Nações Unidas, em 2004 -, em 18 países da América Latina - Cone Sul, Mercosul, países andinos, etc -, revelou que grande parte dos latino-americanos prefere o desenvolvimento à democracia, e retiraria seu apoio a um governo democrático se ele fosse incapaz de resolver os seus problemas econômicos.

Uma questão muito antiga na Ciência Política, mas que vem crescendo na América Latina é o perfil de um “Democrata Ambivalente”, além do conhecido perfil de indivíduos autoritários que consideram que atingir o desenvolvimento é mais importante do que preservar a democracia, que acham que a democracia não é algo indispensável e que preferem a substituição de qualquer tipo de democracia por outro sistema de governo.

Os “ambivalentes” encontrados na América Latina, em geral, têm conceitos mais delegatórios de democracia, concordam com a democracia, desde que a situação não seja de desordem. O último Latinobarômetro já demonstra que hoje, o Brasil só perde para o México no quesito “satisfação com o funcionamento da democracia”. Os dados da pesquisa do Latinobarômetro já advertem sobre o extremo desgosto dos brasileiros, que ocupam a penúltima posição com a variável “satisfação do funcionamento da democracia”. O Latinobarômetro apresentava, ainda, duas questões muito importantes para pensar não só os manifestantes antigoverno, mas o pensamento médio da sociedade brasileira: o desejo de um “Líder”, algo evocado pelos eleitores e, ao mesmo tempo, um alto grau de acordo que a frase “As Forças Armadas deveriam governar”, afirmativa que foi provada por quase 30% dos brasileiros. Entre os manifestantes antigoverno, também se observa que 50%, aferidos em abril e quase 50% aferidos em agosto, concordam que, em situação de muita desordem, os militares poderiam ser chamados a tomar o poder. A média entre os manifestantes, portanto, de apoio ambivalente à democracia é algo muito importante.

Agora, o que é que a corrupção tem a ver com isso? A percepção da corrupção tem aumentado neste período de ajuste fiscal e de crise econômica. A popularidade da mandatária Dilma Rousseff foi acompanhada de uma expectativa bastante negativa em relação aos indicadores econômicos do país. E esta retração econômica tende a dilatar a insatisfação popular e, portanto, gerar intolerância à corrupção, pois os cidadãos associam a falta de

investimentos do Estado em serviços públicos - que é onde inicialmente se cortam os gastos -, à recorrência da corrupção por parte dos funcionários públicos e dos políticos. E, a piora dos indicadores econômicos amplia a percepção da corrupção. Portanto, se aumenta a desconfiança dos cidadãos com o governo e os políticos.

E, há outro tema que desgasta muito a popularidade da Presidente: o ajuste fiscal. Em situações de crise, ajustes fiscais tendem a ser duramente criticados. E quais as razões para os eleitores do presidente cooperarem num período de crise, se outras políticas alternativas e bens simbólicos não são ofertados aos próprios eleitores, no momento em que existe uma profunda descrença com o governo, produzida pela visibilidade em que a corrupção é tratada na mídia, fazendo com que entre os manifestantes, por exemplo, as Forças Armadas sejam a instituição na qual eles mais creem?

Então nós temos, eventualmente, que pensar se esta insatisfação pode gerar um questionamento na própria legitimidade das instituições, a partir das opiniões públicas, e pensar neste antipartidarismo não apenas entre os manifestantes antigoverno, mas no Brasil. Os índices de preferência partidária estão a níveis sofríveis hoje no Brasil. E este antipartidarismo reativo pode ser também não apenas fruto da corrupção, mas do *gap* entre as inconsistências das promessas dos partidos e a alta expectativa que os eleitores tinham em relação à eficácia das instituições, das elites políticas e dos programas declarados pela presidente, que não foram cumpridos nesse ano. Para concluir todos esses conjuntos, nós podemos pensar que existe uma Nova Direita no Brasil, organizada por *outsiders* dentro das redes sociais, tema que eu acho que deveria merecer um tratamento científico mais sistematizado. Estas manifestações antigoverno foram chamadas por estes *outsiders* nas redes sociais. Podemos perguntar se existe um momento de “desafeto” com a própria democracia no Brasil.

E, podemos pensar a partir deste conjunto de questões em duas crises, ambas produzidas pela ausência da política. Primeiro, uma crise de governabilidade que se expressa no Congresso e no Executivo. No Congresso, nós temos a crise do modelo do Presidencialismo de Coalizão, que significava a distribuição de prebendas aos partidos da base aliada. Com a redução dos recursos econômicos, produzidos pela crise econômica, as margens de troca são reduzidas e tem-se um aumento da deserção da base de apoio ao presidente. Ainda no Congresso, se observa que esta crise foi intensificada pela maior dispersão das legendas nos Congressos, pela maior intensidade das preferências dos quadros que foram eleitos, ou seja, dos parlamentares – um problema num sistema muito mais polarizado –, e por uma legislatura que foi eleita com parlamentares muito mais distantes das preferências políticas declaradas pelo chefe do Executivo. Do ponto de vista da oposição, desde a derrota eleitoral, os principais líderes articulam a retirada da presidente. Tendo em vista que existe uma parte dos líderes políticos portadores de um perfil de “Democratas ambíguos”, eles aceitam a democracia, mas questionam ao mesmo tempo, desde o ano passado, o próprio processo eleitoral, as urnas, etc.

No Executivo, nós também temos caracterizado uma crise, com a instauração, desde o primeiro mandato da presidente Dilma, de um modelo de gestão baseado no insulamento burocrático do Executivo. E este insulamento burocrático tem sido a principal forma de intermediação com a sociedade. Ele é uma gramática de intermediação com a sociedade muito menos democrática, posto que muito mais técnica, mais distante da sociedade, pois o modelo insulado instalado - que convive com outras práticas - supõe o afastamento da política, uma vez que o próprio Executivo passa a ter uma percepção negativa da política.

A própria crise do presidencialismo de coalizão também revela a crise da política, tendo em vista que é um modelo de uma gramática clientelista na

relação do executivo com o legislativo. Ao mesmo tempo em que o Executivo se insula. Então, nós temos uma crise do modelo do presidencialismo de coalizão e uma crise de gestão, que se baseou no modelo do insulamento burocrático.

Do ponto de vista da cidadania, ou seja, da representatividade dos partidos, também existe uma crise: o fracasso dos partidos na função de representação e a aproximação de vários partidos - inclusive do PT, do PMDB - a um modelo cada vez mais dependente dos recursos governamentais para sobreviverem; cada vez mais dependentes dos recursos governamentais para atraírem eleitores e fazer política. Exemplo disso, dessa cartelização dos partidos, é que a preferência pelo PMDB se reduz gradualmente: ele tem 4% hoje de preferência, mas ele consegue ser uma máquina eleitoral, porque ele consegue cartelizar, se apropriar da comunicação do governo, ter recursos para fazer política. Ou seja, os partidos para terem êxito descartaram seus vínculos psicológicos com seus cidadãos, basta que eles ocupem postos governamentais.

Os partidos estão no Brasil, ao longo dos últimos anos, cumprindo mais a função de governar do que de representar os interesses dos grupos políticos da sociedade, e muito mais representando os grupos políticos dentro do governo, representando os interesses da burocracia estatal, mais do que representando a cidadania. E existe ainda um congelamento dos partidos políticos, que não conseguem se renovar e recrutar novas lideranças, chegando ao ponto que hoje existe uma única liderança no país, com todos os problemas, que é o Lula. O próprio lulismo foi um dos responsáveis por produzir o congelamento das lideranças e a dificuldade de renovação de quadros, pois ele acabou por ocupar o espaço reservado aos partidos.

Qual que seria a saída da crise? Eu sou muito pessimista, para finalizar, poderia passar a tarde discutindo aqui os inúmeros casos nos quais, na América Latina, sempre que existem crises econômicas, elas se associam a

DOSSIÊ
HELCIMARA DE SOUZA TELLES
A CRISE POLÍTICA NA AUSÊNCIA DE POLÍTICA

crises políticas, mas no momento, com poucas lideranças, com um sistema congelado, sem articulação democrática - que foi produzida pelo partidos com a introdução do PT, que está em falência, ainda que possa vir a se renovar - , não estaríamos longe da presença de outsiders populistas civis na presidência do país ou mesmo nas próximas eleições para as prefeituras.

PRESIDENCIALISMO DE MANDATO MÁXIMO OU VOTO DE DESCONFIANÇA SEM AUTODISSOLUÇÃO DO LEGISLATIVO

Vitor Peixoto

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

✉ moraespeixoto@gmail.com

Resumo: Este ensaio traz uma análise de conjuntura sobre os fatores que levaram à abertura do processo de impeachment da Presidenta da República pela Câmara dos Deputados e as possíveis consequências para o funcionamento do sistema político brasileiro. Resultado de fatores múltiplos, defende-se que houve uma inovação institucional informal com a quebra do sistema de crenças nas eleições como solucionadora de conflitos políticos, e que deixará principal herança da aventura despropositada de impedir um Chefe do Poder Executivo um efeito cascata aos demais mandatários nos níveis da Federação. Criou-se um voto de desconfiança sem o custo de autodissolução do Legislativo, num claro movimento de “parlamentarização” do presidencialismo.

Palavras-chave: Impeachment; Eleições de 2014; Partidos; Democracia.

Abstract: This essay analyzes the factors that led to the opening of impeachment of the President of the Republic by the House of Representatives and their possible consequences for the functioning of the Brazilian political system. I argue that there was an informal institutional innovation with the breaking of the elections belief system and that this impeachment will lead to a ripple effect to other representatives in the Federation levels. Created a confidence vote without the cost of self-dissolution of the legislature, a clear movement “parliamentarisation” of presidentialism.

Keywords: Impeachment; Elections 2014; Political Parties; Democracy.

Introdução

A campanha das Diretas Já e a Constituição de 1988 concederam as bases de mobilização social e a construção das instituições políticas que fundamentaram a administração de conflitos de interesses e o processamento das demandas dos diferentes segmentos políticos. A partir de então, não existe mais dúvidas entre os Cientistas Políticos sobre o Brasil ser um país democrático. As discordâncias se dão apenas quanto à concepção teórica de democracia e acerca dos diagnósticos do quanto a realidade nacional se

aproximava dos tipos ideais normativos de democracia. Podemos classifica-los num *continuum* como o fez Gerard Munck (MUNCK, VERKUILEN, 2002). Em um extremo, os adeptos do conceito minimalista de democracia onde alguns poucos atributos formais são exigidos dos sistemas políticos reais para que sejam classificados como Democracias (PRZEWORSKI *et al.*, 2000). Em outro, pesquisadores que basearam suas análises a partir da crítica a existência formal de um sistema democrático erguido sobre bases culturais frágeis de apoio e sustentação ao regime (cf. O'DONNELL, 1991). Para os chamados culturalistas, as exigências para um regime ser denominado de democracia deveriam ser muito mais rígidas, surgem então uma série de adjetivações que no fundo se apresentavam como requisitos que deveriam ser cumpridos pelos sistemas políticos reais, como a *accountability*, participação efetiva, etc.

Não obstante o imbróglio teórico-normativo entre os analistas, na base estava um consenso inquestionável: eleições livres são, por excelência, a forma de se ocupar os cargos representativos. Neste consenso mínimo estava a concepção de que o sistema democrático é fundamentalmente sustentado por um sistema de crenças compartilhadas entre os atores. Uma das peças principais que fazem as engrenagens funcionar ao longo do tempo é a crença que a vitória e a derrota nas eleições são momentâneas, portanto, os cálculos são realizados a longo prazo. Somente desta forma se tolera a oposição derrotada, por um lado, e submete-se ao governo dos vitoriosos de outro. Qualquer movimentação fora destas concepções em uma única rodada tem potencial para perturbar todas as demais rodadas subsequentes e colocar em risco o equilíbrio do sistema de crenças.

Primeiro ato:

De repente, todo o consenso desmoronou a partir das eleições de 2014. Os derrotados foram considerados vitoriosos durante boa parte da apuração

dos votos. Muitos programas de televisão davam como certa a vitória do PSDB. Corria a notícia nos bastidores que o candidato Aécio Neves preparava a comemoração em Minas Gerais, para onde já se encaminhavam os líderes de seu partido. À medida que os votos eram apurados o sabor da vitória foi dando lugar ao gosto amargo da derrota. Os semblantes dos incrédulos apresentadores do maior conglomerado de notícias foram se transformando ao vivo nas televisões de todo o país. Foram as eleições mais apertadas da História do Brasil. Dilma Rousseff conseguiu a reeleição com uma vantagem mínima de votos.

Segundo ato:

O resultado das urnas foi imediatamente contestado pelos derrotados no Tribunal Superior Eleitoral e o discurso de depreciação da capacidade de escolha dos eleitores brasileiros tomou conta dos “articulistas” nos jornais que apoiavam, aberta ou veladamente, o candidato derrotado. Esses foram os dois primeiros passos para o processo de deterioração do sistema de crenças que sustentara a democracia brasileira. Por um lado, os derrotados atacaram as instituições que organizam as eleições, por outro, retiraram dos eleitores a autonomia de realizar escolhas livres (especialmente, os eleitores do Nordeste).

Logo após a posse a Presidenta reeleita, que já estava sob fortes ataques dos derrotados, faz um discurso em que muda completamente suas posições defendidas durante as eleições, num exemplo clássico que os anglo-saxões reconhecem por “*policy switch*” (STOKES, 2001), o que a fez perder parte considerável dos eleitores responsáveis por sua eleição. O que a faria ser considerada uma traidora ao adotar a política econômica defendida pelo seu oponente nas eleições. Muitos utilizaram o termo “estelionato eleitoral” para se referirem ao mimetismo ideológico da eleita. Em vez de conquistar

eleitores do seu oponente a faz ser desconhecida pelos seus próprios apoiadores. Abriu-se um flanco e pela primeira vez o “*impeachment*” aparece explicitamente nos discursos da oposição.

Terceiro ato:

No cenário de deterioração da economia percebida pela população, principalmente pelo aumento da inflação e perda de postos de trabalho, a crise política é deflagrada abertamente com a eleição de um adversário do submundo da política para a Presidência da Câmara dos Deputados. Eduardo Cunha passou a ser o detonador de um processo de *impeachment* para se livrar da própria cassação do mandato – já que havia sido descoberta uma série infundável de crimes contra a ordem tributária, contas secretas em paraísos fiscais, esquemas de propinas em Fundos de Pensão, ameaças a testemunhas e toda a sorte de corrupção. Dilma Rousseff passou a viver o seu inferno astral com um inimigo capaz de realizar manobras regimentais inconstitucionais e manipular de todas as formas os procedimentos legislativos ao bel-prazer fincado na linha sucessória da Presidência da República.

Houve uma degradação vertiginosa da popularidade da Presidenta em poucos meses. De um lado, abandonada pelo próprio partido, o PT, por conta das mudanças na política econômica, de outro, uma relação francamente conflituosa com a Câmara dos Deputados e, para dizer o mínimo, complexa com o Senado (ambas as Casas Legislativas comandadas por políticos do partido do Vice-Presidente, Michel Temer), tudo isso, em um cenário econômico em queda livre, pavimentou a estrada para um show de horrores que país vivenciou.

Com a destruição do consenso mínimo em torno das instituições eleitorais e a ameaça de ruptura democrática, partidários de esquerda que haviam abandonado a Presidenta se reorganizaram e tentaram recompor as

forças para proteger o mandato. Dessa forma, criou-se um espiral de radicalização extrema novamente entre dois polos que haviam disputado as eleições de 2014.

Num *corner*, os meios de comunicação de massa que apoiaram o adversário do PSDB, Aécio Neves, aliados ao Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha mancomunado com o Vice-Presidente, Michel Temer, na tentativa de realizar o impeachment. Noutro *corner*, a Presidenta eleita, Dilma Rousseff, amparada pelo ex-Presidente, Luís Inácio Lula da Silva, palidamente tentando recompor a base e defender o cumprimento do mandato de 4 anos conquistado nas urnas.

Na primeira batalha, travada na Câmara dos Deputados, o grupo liderado pela dupla Temer/Cunha venceu de forma acachapante ao amealhar 367 votos dos Deputados. Não há muitas expectativas dos resultados serem diferentes nas próximas batalhas que serão travadas no Senado Federal e no Supremo Tribunal Federal, respectivamente.

Quarto ato:

O país enfrenta, sem sombra de dúvidas, o maior dilema democrático pós 1988. Há um impasse que não se sabe qual desfecho terá. A imprevisibilidade é extremamente alta, pois os resultados estão condicionados também a uma operação de combate à corrupção que ameaça os principais atores em jogo (a qualquer momento novas prisões podem ocorrer pela Operação Lava-Jato).

De repente, um tsunami de descontentamento com os resultados econômicos, um mar de ressentimento causado pela derrota eleitoral aliado ao furacão da ascensão política de um criminoso contumaz trouxe-nos a um

destino até bem pouco tempo atrás inimaginável de ameaça ao sistema de crenças que sustenta a democracia.

Inaugura-se um novo momento em que se liberta opiniões represadas que até bem pouco tempo atrás eram tidas como espécimes em extinção. Destarte, possibilita-se um ambiente de exposição e irradiação de ódios extremos que ameaça a construção de consensos mínimos em torno de temas que já haviam decantado na esfera política de forma pacífica. Emergiu no eleitorado um conservadorismo rancoroso e ressentido que evoca princípios antidemocráticos. Dissimulados de outrora, hoje batem no peito com orgulho e prestam homenagens publicamente à Ditadura Militar e aos torturadores.

Foi destruído o consenso mínimo e passou-se a disputar o próprio conteúdo do conceito de democracia nas suas questões mais fundamentais, que se referem ao respeito aos resultados eleitorais e garantias de cumprimento do mandato tal como preconizado pelo sistema presidencialista. Substitui-se um mandato fixo pelo mandato máximo, no qual a popularidade passa a se constituir um fiador à permanência no cargo. Concedeu-se ao Legislativo o poder de decretar o fim de mandatos executivos sem que tenha o custo de se autodissolver tal qual o voto de desconfiança dos sistemas parlamentaristas.

Cenas incertas para os próximos capítulos

Ainda que se considere esta uma história cuja série de fatores explicativos são de baixíssima probabilidade de ter novas ocorrências no plano nacional, não custa lembrar que o país é constituído por mais de 5.500 unidades subnacionais (Estados e Municípios). Estes sistemas, apesar de terem desenhos institucionais próprios que lhes conferem contornos específicos às relações entre os poderes Executivos e Legislativos, são muito influenciados pela esfera nacional e correm sério risco de sofrerem efeito cascata.

DOSSIÊ
VITOR PEIXOTO
PRESIDENCIALISMO DE MANDATO MÁXIMO OU VOTO DE DESCONFIANÇA SEM
AUTODISSOLUÇÃO DO LEGISLATIVO

Em mais de 80% dos municípios os prefeitos e vice-prefeitos pertencem a partidos distintos, e nestes casos, o partido do prefeito controla em média menos do que 45% das cadeiras das Câmaras de Vereadores. Com a deterioração dos valores e crenças no sistema eleitoral como solucionador de conflitos e a criação do voto de desconfiança sem o custo de autodissolução do Legislativo, dificilmente os mandatários dos poderes Executivos, seja no nível federal, estadual ou municipal, poderão dormir em paz. Mais uma jabuticaba: o presidencialismo de mandato máximo!

Referências

- MUNCK, G. L.; VERKUILEN, J. Conceptualizing and measuring democracy: evaluating alternative indices. *Comparative Political Studies*, v.35, n.1, p.5–34, 2002.
- O'DONNELL, G. Democracia delegativa? *Novos Estudos - CEBRAP*, v.31, p.25–40, 1991.
- PRZEWORSKI, A. et al. *Democracy and Development: Political regimes and economic well-being in the World, 1950-1990*. New York: Cambridge University Press, 2000.
- STOKES, S. C. *Mandates and Democracy: Neoliberalism by Surprise in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

OS PARTIDOS, A REGRA DO JOGO E A CRISE

Carlos Ranulfo Melo

Universidade Federal de Minas Gerais

✉ carlos.ranulfo@yahoo.com.br

Resumo: O artigo aponta dois fatores considerados decisivos para que se possa entender a crise atual e seus possíveis desdobramentos. O primeiro deles refere-se ao que está se passando no nível do sistema partidário nacional. O segundo remete ao posicionamento de setores da sociedade e em especial da elite política frente a uma regra básica das democracias: o respeito aos resultados eleitorais.

Palavras-chave: Sistema Partidário; Democracia; Regras do Jogo; Estabilidade.

Abstract: The article points out two factors considered crucial so that we can understand the current crisis and its possible consequences. The first refers to what is happening to the national party system. The second concerns the stance adopted by part of the political elite regarding a basic rule of democracy: the respect for the election results.

Keywords: Party System; Democracy; Game Rules; Stability.

O Brasil enfrenta uma crise política sem perspectivas de resolução em curto prazo. Em um processo rápido e mesmo surpreendente, cujos primeiros sintomas datam das manifestações de 2013, entramos em um período em que a incerteza e instabilidade política tendem a dar a tônica.

Neste artigo aponto dois fatores que considero decisivos para que se possa entender o atual cenário e seus possíveis desdobramentos. O primeiro deles refere-se ao que está se passando no nível do sistema partidário nacional. O segundo remete ao posicionamento de setores da sociedade e em especial da elite política frente a uma regra básica da democracia: o respeito aos resultados eleitorais.

Contrariando os prognósticos mais pessimistas, o Brasil superou as turbulências associadas à dupla transição efetuada entre meados dos anos 1980 e 1990: de um lado, a volta ao regime democrático e, de outro, a mudança efetuada na matriz desenvolvimentista adotada desde os anos

Vargas. E o fez tendo como ponto de partida um sistema partidário incipiente, no qual a esmagadora maioria dos partidos não possuía lastro social de nenhuma espécie e enfrentando um processo de crescente fragmentação no Congresso.

Em que pese todos os problemas, o fato é que a partir de 1994 o país ingressou em um período de estabilidade política que permitiu o fortalecimento de suas instituições democráticas e o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas que levaram à melhoria de todos os seus indicadores econômicos e sociais. Para que isso ocorresse foi determinante que o sistema político encontrasse um ponto de ancoragem: o padrão adquirido pelas eleições presidenciais. Ao se firmarem como referências indiscutíveis neste processo, PT e PSDB definiram em torno de que se daria a competição e quais seriam seus principais protagonistas, levando os demais partidos a estabelecer a partir daí as suas estratégias. Em poucas palavras, a incerteza – expressa de forma lapidar nas eleições de 1989 – foi substituída pela previsibilidade naquela que é uma dimensão crucial em qualquer sistema político: a disputa pelo governo central.

Este quadro, no entanto, está mudando rapidamente e o fator determinante para tanto é a crise enfrentada pelo PT – segundo o DataFolha, o índice dos que se simpatizavam com a sigla caiu de 29% no início de 2013 para cerca 11% em dezembro de 2015. Antes de qualquer coisa, é preciso deixar claro que o partido chegou onde está pelas suas próprias pernas. E não foram os erros na economia a única, e nem a principal, razão para tanto. Recessão, inflação e desemprego criaram, é certo, o ambiente para que mesmo aqueles que viram sua condição de vida melhorar nos últimos doze anos, engrossassem o coro dos descontentes. Mas o X da questão está na erosão da credibilidade. O problema é que após anos e anos propondo uma alternativa ao modo de fazer política no país, o partido caiu na esparrela de sempre e sequer encontra-se em condições de reconhecer tal fato. Como se chegou a

este ponto? A resposta é complexa para tão curto artigo, mas a melhor pista a seguir é a da “velha” oligarquização. Dirigido desde seus primeiros anos por um mesmo campo majoritário, o partido gradativamente perdeu a capacidade de estabelecer mecanismos de controle sobre as escolhas de um reduzido núcleo dirigente – processo acelerado após 2002, quando este grupo passou a ter acesso a poderosos grupos de interesse e a contar com vultosos recursos para comandar a organização.

Os erros do PT permitiram ao discurso conservador dizer que a marca do partido é a corrupção, o que não é verdade. A corrupção é uma velha conhecida da política brasileira. O que diferenciou a trajetória do PT foi a busca pela inclusão social, essa sim, uma companheira com rara presença em nossa história. Seja como for, mesmo que o PT sobreviva à crise – graças aos recursos organizacionais e financeiros ainda disponíveis e ao “núcleo duro” de seus simpatizantes e militantes – o fará como uma legenda de porte médio e dificilmente conseguirá manter o protagonismo das últimas décadas.

É evidente que uma mudança no padrão de competição em torno da Presidência da República poderia significar apenas isso, ou seja, uma mudança, sem que implicar na abertura de um cenário de instabilidade política. Acontece que, nas condições do Brasil, a ausência de uma alternativa partidária eleitoralmente competitiva, capaz de canalizar para o interior das instituições representativas a busca pela superação do secular quadro de desigualdade e injustiça social, tende a constituir-se em foco de tensão política sistemática.

Ademais, é preciso perceber que a fragilização do PT abre espaço para que o campo à direita enfrente um processo de fragmentação também no nível da disputa presidencial. A razão é simples: caso não tenham mais que temer a ameaça petista, aqueles que suspiraram aliviados com Collor em 89, assistiram espantados à vitória de Lula em 2002, engoliram sua raiva diante da excelente avaliação obtida pelo governo do petista e agora exalam seu ódio vestindo camisas da CBF, poderão se sentir livres para buscar alternativas melhores que

o PSDB. Os sinais de tal movimento estão aí: depois de não conseguirem falar nas manifestações pelo impeachment, os tucanos agora caem nas pesquisas para a Presidência da República em 2018.

Ao que tudo indica são boas, portanto, as chances de que volte a se abrir um período de incerteza eleitoral. Se a mudança no padrão não é um problema em si, a questão muda de figura quando o cenário futuro aponta para uma ausência de padrão.

O segundo fator de instabilidade remete a um dos pontos clássicos da literatura de ciência política: o fato de que, como ensinou Robert Dahl, a estabilidade das democracias guarda relação com a atitude adotada pelos ativistas políticos em relação ao regime. Indo de forma mais direta ao que aqui interessa, cabe lembrar que a democracia pode ser definida como “um sistema em que partidos perdem eleições” (PRZEWORSKI, 1991). E, evidentemente, respeitem os resultados, aguardando até a próxima rodada.

Ora, acontece que tão logo as urnas de 2014 foram fechadas ficou evidente que a oposição, capitaneada pelo PSDB, havia estabelecido como meta o encurtamento do mandato de Dilma Rousseff. Primeiro houve uma (mal) explicada solicitação de recontagem de votos. O pedido remetia aos procedimentos adotados pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas, estranhamente, lançava suas dúvidas apenas sobre o resultado do segundo turno, deixando de lado o primeiro, quando o candidato do partido teve subida meteórica nos últimos dias de campanha. Na sequência, Aécio Neves declarou à imprensa que havia sido derrotado por uma “organização criminosa”¹ e seus correligionários passaram a flertar com as primeiras manifestações que, em São Paulo, desfraldavam a bandeira do impeachment sem se preocupar com qualquer fundamentação legal para tanto². Logo depois, o partido entrou com pedidos de cassação de Dilma junto ao TSE

¹ Jornal O Globo, edição de 30 de novembro de 2014.

² <http://G1.globo.com> em 06 de dezembro de 2014.

alegando que sua legitimidade era “extremamente tênue”³. Ao longo de 2016, junto com DEM e PPS, aliou-se ao notório Eduardo Cunha em uma estratégia cujo foco era infernizar a vida da Presidente da República. Um após outro foram acessos os pavios de várias pautas bomba que, se aprovadas, provocariam o agravamento ainda maior da situação das contas públicas, em uma atitude contraditória não apenas com o discurso de campanha da oposição, mas com todo um legado de políticas de austeridade inaugurado em 1994. Por fim, o PSDB e seus aliados mais próximos resolveram concordar formalmente com o argumento de que a prática das chamadas “pedaladas fiscais” havia se tornado, de um momento para o outro, crime de responsabilidade e aderiram sem meias palavras ao impeachment.

O processo de impeachment, além de revelar até que ponto se mantém o compromisso de parte da elite política com a democracia, vem servindo também para reafirmar algo conhecido a partir das pesquisas do Latinobarômetro: a existência de um extenso contingente do eleitorado disposto a aceitar uma solução autoritária como saída para situações de crise aguda. Nesse ponto, os dois níveis de retroalimentam: as massas insatisfeitas com o governo recorrem aos líderes cujo objetivo é o encurtamento do mandato presidencial e estes, exercendo uma espécie de bolivarianismo de direita, dizem que fazem o que fazem por respeito à voz das ruas.

Resultado deste processo, o governo Temer – caso sobreviva ao TSE, à Lava Jato, à crise econômica e à reação que as inevitáveis medidas de arrocho irão gerar – não tem como ser considerado legítimo, ainda que respaldado por ampla maioria congressional, amparado pela imprensa e saudado pelas lideranças empresariais. E o problema não reside no fato de que a maioria da população venha se manifestando pelo seu impedimento ou mesmo no amplamente sabido envolvimento de vários de seus principais protagonistas nas investigações comandadas pelo Ministério Público e/ou da Polícia Federal

³ Folha de São Paulo, edição do dia 21 de dezembro de 2014.

– afinal, tudo isso se aplicava ao governo Dilma e à sua base de sustentação. O problema, como disse o deputado Molon (Rede-RJ), durante a longa e ilustrativa sessão da Câmara que discutiu e aprovou a admissibilidade do impeachment, é que se trata de um governo que chegou ao Palácio do Planalto pela porta dos fundos, como resultado de uma clara ruptura com as regras do jogo.

O abalo nas referências partidárias e a quebra de consensos básicos não chega a ameaçar a democracia enquanto regime, ainda que seja motivo de preocupação o crescente espaço ocupado pela intolerância – nas tribunas do Congresso, nas ruas ou nos consultórios de pediatria – e pelos propagadores de soluções autoritárias. Mas será suficiente para afastar a estabilidade por um período de tempo difícil de prever.

Referências

PRZEWORSKI, A. *Democracia e Mercado – no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1991.

SOMA ZERO (OU AINDA MENOS)

Fernando Lattman-Weltman

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

✉ fernando.lattmanweltman@gmail.com

Resumo: Apesar de seus desdobramentos e implicações claramente antidemocráticos, a atual crise política brasileira não deixa de conter em sua dinâmica elementos característicos do avanço contraditório e arriscado da democracia no país, no longo e médio prazos. Em função também, contudo, de outras variáveis relativamente independentes e intervenientes – relativas à revolução digital em curso e ao contexto econômico internacional –, e de sua própria história recente e singular, o jogo político neste momento apresenta-se encapsulado por uma dinâmica conflituosa de soma zero em que soluções pactuadas não parecem mais possíveis. Cabendo especular sobre qual o mal menor a que se pode aspirar em tais circunstâncias.

Palavras-chave: Brasil; Crise Política; Democracia.

Abstract: Despite its clearly anti-democratic consequences and implications, Brazil's current political crisis does also contain in its dynamics some characteristics that could be ascribed to the contradictory and risky advance of democracy in the country, as can be observed in the long and medium run. Due to his own recent and unique history and actors, but also, however, to other relatively independent variables - as the digital revolution in progress and the international economic context - the political game at the moment presents itself encapsulated by a dynamic zero-sum conflict in which negotiated solutions do not seem to be possible. This brings us to speculate on what would be the lesser evil to which we can aspire in such circumstances.

Keywords: Brazil, Political Crisis, Democracy.

Ainda de ressaca por conta do espetáculo deprimente com que fomos brindados no último dia 17 de abril por nossos excelsos parlamentares da câmara baixa – e creio que nunca tal designação foi mais apropriada –, me esforço, contudo, por manter a cabeça e o raciocínio minimamente frios. Tentando, pois, enxergar para além do tumulto emocional que também me atinge e, se possível, extraindo alguma lição positiva de tamanha sucessão de desastres e precedentes trágicos.

Primeiro o que ainda pode conter uma boa notícia: apesar de lamentável, sob todos os aspectos, a crise política atual é sinal inequívoco de evolução – mesmo que

extremamente arriscada e contraditória – da democracia no Brasil. Por paradoxal que possa parecer à primeira vista, o que vemos hoje são os efeitos perversos, talvez inevitáveis, mas de modo algum imprevisíveis teoricamente, do próprio desenvolvimento do atual e inédito regime constitucional democrático e suas dinâmicas em nosso contexto histórico, social e cultural mais amplo (e, em grande medida, ainda bastante adverso). Bem entendido, quando falo em “evolução” não me refiro de modo algum à conhecida noção linear de progresso, muito menos de “consolidação democrática”. Mas sim ao desencadeamento de forças e processos que certamente podem nos conduzir àquilo que os mais rodados têm chamado, com certa razão, de “retrocesso” – ou que autores como Charles Tilly caracterizam como “desdemocratização” –, mas que indubitavelmente foram postos em movimento pelo desenrolar mesmo do próprio jogo democrático nas últimas três décadas, e mais especificamente, durante os governos petistas, de 2003 até hoje.

Ou seja: são efeitos possivelmente não previstos, e para muitos não desejados, do sucesso efetivo do regime constitucional de 1988. Tanto em termos institucionais – já que nunca antes do período houve tamanha inclusão e competição políticas, nem tal transparência e aperfeiçoamento de controles mútuos republicanos –, quanto mais propriamente em termos de eficácia de políticas públicas de estabilização econômica, retomada do crescimento e combate às renitentes desigualdades sociais. Observada numa perspectiva histórica mais ampla do que a do contexto econômico imediatamente atual – e de sua reverberação midiática e especulativa unidimensional e algo catastrofista –, é perfeitamente possível dizer que a democracia brasileira paga agora o preço não apenas de suas muitas falhas e limitações, mas também de seu significativo sucesso, poucas décadas depois de sepultada a última e desastrosa ditadura da história republicana.

Articule-se a isso dois grandes fatores exógenos, porém diretamente interconectados: a revolução tecnológica digital em curso, e os desdobramentos

recentes do processo de globalização econômica. E assim, sem prejuízo de uma série de mediações institucionais locais próprias – e outras tantas idiossincrasias e azares específicos, como a coincidência de ocupação de determinados papéis estratégicos do atual imbróglia por vigaristas da pior espécie –, teremos as linhas gerais do enredo trágico em que fomos metidos.

Isto tudo é visível, entre outros sintomas, na insatisfação provocada pela contraposição das expectativas geradas pelo próprio e até certo ponto bem sucedido sistema democrático, e o que ele é efetivamente capaz de produzir, particularmente em nosso país, diante da mobilização social por direitos de toda espécie. Em suma: a democracia em funcionamento real gera, acima de tudo, mais demandas por democracia, sob a forma de mais e melhores direitos, mais transparência, e menor tolerância com desvios expostos (e amplificados) em praça pública. Se estas demandas podem ou não ser atendidas, mais ou menos imediatamente, e com que custos e efeitos colaterais, é outra questão. Principalmente diante de contextos econômicos internacionais em mutação adversa. Com demanda reprimida por longo tempo então... De qualquer modo, não é à toa que um dos marcos temporais incontestáveis de tal transformação tenha sido o das jornadas de junho de 2013. Desde então, pelo menos, as manifestações de insatisfação e impaciência popular com o desempenho do regime, ou mais especificamente, do governo e do parlamento, parecem ser o único ponto de convergência entre os diversos grupos de descontentes, de um lado ou de outro.

Mas o fenômeno também se apresenta de modo evidente na desenvoltura recém-adquirida pelos setores mais reacionários de nossa sociedade, que sempre soubemos que estavam aqui ao lado, bem junto de nós, mas que não pareciam muito à vontade para se apresentar, como tais, em praça pública e à luz do dia. Em si o evento é perfeitamente natural, e faz parte da vida de toda e qualquer democracia contemporânea apresentar também seus partidos e líderes assumidamente mais à

direita. Se ainda assim nos surpreende é por conta dos rumos que nossa vida política tomou no pós-regime militar, em que assistimos, até hoje, a uma hegemonia quase que ininterrupta de governos e plataformas de centro e centro-esquerda (em que mesmo os partidos de centro-direita e os proponentes de reformas neoliberais procuravam assumir uma roupagem mais “social” para avançar seus projetos). E aqui provavelmente os marcos históricos principais da mudança talvez sejam outros: a crise do “mensalão”, de 2005, mas principalmente a exaustiva cobertura do julgamento do caso pelo Supremo, em grande parte ocorrido no ano de 2012. Assim, ao longo desta última década operou-se simultaneamente tanto a demonização do partido de Lula – via mídias tradicionais, inclusive – quanto se manteve, problematicamente, a sua hegemonia nas eleições presidenciais. Tal contradição parece ter sido o estopim para, entre outras consequências, fazer a direita ressurgir – ou emergir – sem maiores subterfúgios e com todo o ressentimento.

E em todos esses processos se pode localizar também o peso estratégico e rigorosamente novo desempenhado pela massiva democratização do acesso às redes digitais mundiais, suas “comunidades” e mecanismos de identificação e mobilização políticas. Capazes de colocar nas ruas enormes contingentes de manifestantes, em tempo recorde, e com base em todo o tipo de vínculo, inclusive sem a necessidade de grandes e tradicionais recursos associativos prévios (tal como no passado mais ou menos recente). Manifestantes que em muitos casos e há até bem pouco tempo, antes de serem conectados via rede, jamais talvez tenham tido qualquer outra experiência de mobilização. Talvez nem sequer soubessem que muitos outros pensavam ou sentiam politicamente de modo semelhante. Todos igualmente dispersos e isolados no espaço físico e social, antes que as novas ferramentas pudessem convocá-los e reuni-los.

Como diria um velho roqueiro, o transe que nos domina se move “Como uma onda...”.

E como tal ela atrai a sua multidão de “surfistas”. E alguns até parecem demonstrar grande destreza. O problema são aqueles que pensam que podem guiá-la, controlá-la, conduzi-la rumo a seus objetivos e, depois de tudo, fazê-la refluir em calmaria, dissolvendo-se pacificamente na imensidão do oceano.

Por isso, encaremos logo as inevitáveis más notícias: não se trata, pois, simplesmente, de disfunções institucionais – do nosso “presidencialismo de coalizão” –, nem de simples falta de *virtù* da princesa em questão, ou de seu “ávido” partido. Nem provavelmente vai se resolver com qualquer passe de mágica, qualquer prestidigitação, ou panaceia institucionalista típica das que cientistas políticos hipercorretos – dos mais bem intencionados aos mais irresponsáveis – costumam advogar. Muito menos com a simples substituição da direção do balcão. Principalmente se levada em conta a oferta de atores políticos disponíveis e mais prováveis de se beneficiar, mais ou menos imediatamente, da eventual defenestração da candidata vitoriosa nas urnas de 2014. E mais improvável e digna de comiseração que a ansiedade por qualquer súbita redenção da governabilidade perdida, só mesmo a aposta de que a atual cruzada jurídico-moralista, supostamente em marcha batida contra a corrupção nacional endêmica, chegará infalivelmente a seu termo ideal, como se diz, “passando este país a limpo”. Não é preciso sequer vaticinar sobre o futuro da “Operação Lava Jato”, ou coisa parecida. Basta apenas atentar para a ansiedade e descaramento com que já se especula sofregamente sobre as linhas e perspectivas imediatas – e imediatistas – de um futuro governo Temer, dado já como líquido, certo e, o que é ainda mais espantoso, não problemático.

Para os “realistas” que se encontram, portanto, muito ansiosos por uma resolução rápida e simples da atual crise econômica – a ponto de se mostrar dispostos a cortar hoje não só o galho onde poderão se sentar no futuro, mas a própria árvore inteira, até as raízes –, é melhor colocar as barbas de molho e ir contabilizando e tratando de minimizar, se possível, os prejuízos. Dada à magnitude dos fatores que

nos trouxeram até aqui, e o grau de leviandade e desfaçatez com que se vem propondo saídas heterodoxas – ou simplesmente fraudulentas – acirrando assim os ânimos e as diferenças entre os contendores, é preciso reconhecer que o túnel em que entramos parece ser muito, muito comprido. E que as pretensas soluções de curto prazo podem, na verdade, atrasar muito mais, senão mesmo inviabilizar, uma futura reestabilização do sistema político, necessária ao encaminhamento dos principais problemas econômicos.

O jogo político agora, independentemente do desfecho do golpe travestido de *impeachment*, é, inevitavelmente, no curto e médio prazos, de soma zero (ou menos). Não diferindo se com a continuidade da atual administração, ou com a ascensão ao poder de seus ansiosos e impolutos sucessores.

E assim, torna-se inevitável que pelo menos um dos lados perca e tenha que amargar a derrota.

Se de fato como tememos, os custos de tolerância já tiverem ultrapassado os custos de supressão – para lembrar a fórmula de Robert Dahl – e, portanto, uma saída pactuada da crise vai se tornando uma miragem cada vez mais distante, só restaria especular em torno do mal menor: quem paga a conta? Como distribuir melhor os custos de uma solução para o impasse, fazendo com que eles incidam o mínimo possível sobre os setores mais vulneráveis da sociedade, e, de preferência, nos poupem bens públicos inestimáveis? (Como, por exemplo: a própria democracia!?).

Melhor então que o grande perdedor seja aquele lado que tem mais o que perder, ou gordura para queimar com a continuidade da luta – mas não exatamente com qualquer desenlace; e muito menos com qualquer solução extralegal –, e que, não por acaso, conta com o tipo de apoio popular que parece ser historicamente o mais efêmero ou inconsistente, além de mais inexperiente em termos de mobilização política. Dito de outro modo: o que tem mais prováveis perspectivas e incentivos para

se dispersar antes, e engolir uma derrota (nessa estranha versão tupiniquim do “jogo da galinha”).

E sem deixar de apostar também no fato de que uma vitória final do outro lado, se obtida por meios que minimamente preservem as instituições – coisa simplesmente impossível na hipótese contrária –, pode fornecer pelo menos uma garantia aos perdedores da hora: a de que sua possível vitória eleitoral, num futuro mais ou menos próximo, será mais segura e duradoura.

Uma garantia, sim, mas obviamente não, de modo algum, um consolo, nas condições atuais.

Pois se há uma coisa que um bom golpista – o típico oportunista, o famoso “malandro agulha”, ou ainda o inocente útil, a serviço do golpismo – tem enorme dificuldade em compreender, é justamente a importância efetiva das regras do jogo.

Feitas para dar garantias a todos os lados em disputa (inclusive para os que se julgam muito fortes e que creem poder prescindir delas).

E para durar por um tempo bem maior que o de uma derrota ou vitória conjuntural.

O *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF???

Vera Chaia

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

✉ vmchaia@pucsp.br

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar o processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff, do PT, desencadeado pela oposição ao seu governo.

Palavras-chave: Dilma Rousseff; PT; *impeachment*.

Abstract: The article aims to analyze the process of *impeachment* against President Dilma Rousseff, PT, initiated by the opposition to his government.

Keywords: Dilma Rousseff; PT; *impeachment*.

No último domingo, dia 17 de abril de 2016, acompanhamos a sessão da Câmara dos Deputados, que estava votando o pedido de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff. A sessão foi marcada por atuações de deputados federais que se manifestaram contra, a favor e alguns parlamentares se abstiveram. Naquela ocasião a sociedade brasileira pode conhecer melhor os seus representantes. O *impeachment* foi aprovado por 367 deputados e 146 votaram contra, incluindo as abstenções. Esse resultado já era esperado, mas não a diferença nos números dos que aprovaram a continuidade do processo de *impeachment*.

O que mais chamou a atenção foram as manifestações grotescas e absurdas dos deputados federais no momento de votarem. A grande maioria destes políticos ofereceram seus votos à sua família, à religião, à Deus, aos militares, etc. Para reforçar o nosso argumento do lado hilário e ridículo destas manifestações, escolhemos algumas para ilustrar a explanação dos votos

falados e/ou lidos no microfone aberto para que os parlamentares dessem o seu voto:

“Por Deus e em nome de meu pai”;

“Pelo povo de Deus, pela família brasileira”;

“Que Deus tenha misericórdia desta Nação” (fala de Eduardo Cunha, PMDB/RJ, antes de votar pelo SIM).

“Em nome de meu pai, minha mãe”;

“Em respeito ao povo brasileiro”;

“Por Deus, pela família brasileira”;

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”;

“Em nome de Deus ...em defesa dos militares”;

“Em defesa da democracia, do estado de Direito”; “Perderam em 1964, perderam agora em 2016, contra o comunismo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma, o meu voto é sim” (fala de Jair Bolsonaro, PSC/RJ, antes de votar SIM).

Também tivemos manifestações contundentes contra o *impeachment*, ressaltando que o que estava acontecendo era um golpe:

“Não estou aqui para homenagear meus filhos, minha mulher, meus parentes, nem mesmo para homenagear minha terra natal, o meu estado. Eu sou contra o golpe” (deputado Adelmo C. Leão, do PT/MG);

“Em nome da Democracia e do estado de Direito”.

“Eu não reconheço a legitimidade em Eduardo Cunha presidir esse processo e Temer em presidir esse país”.

“Tenho nojo e horror do golpismo, a presidente Dilma é honesta e não pode ser julgada por um réu da Lava Jato, eu voto Não”.

Os parlamentares do PT, PSOL, PC do B votaram, em bloco, contra o *impeachment* destacando Jean Wyllys (PSOL), Ivan Valente (PSOL), Chico Alencar (PSOL), Paulo Teixeira (PT), Zé Geraldo (PT), Henrique Fontana (PT), José Guimarães (PT), Benedita da Silva (PT), Orlando Silva (PC do B), Jandira Feghali (PC do B), além de Silvio Costa (PT do B) e Alessandro Molon (Rede), dentre outros.

Agora, para compreender a atual crise política enfrentada pela presidente Dilma Rousseff, PT, devemos retroceder no tempo até meados do 3º ano de seu primeiro mandato. A presidente encontrou vários problemas com sua base parlamentar e disputou a campanha eleitoral de 2014, em busca da reeleição, desestabilizada e com problemas de avaliação de seu governo (35% de aprovação em 01 de setembro de 2014).

O marco divisório dessa situação se deu com as jornadas de junho de 2013, conjuntura política caracterizada pela eclosão de uma série de manifestações sociais – MPS (Movimento do Passe Livre), *Black Blocs*, movimentos dos Sem teto, dentre outros que questionavam as políticas públicas, a mobilidade urbana, além de outros aspectos. Essas manifestações mobilizaram milhões de pessoas em todas as capitais e em algumas cidades do país. Também devemos considerar as manifestações que começaram em 2013 e se acentuaram em 2014, com o posicionamento de vários segmentos contrários à realização do Campeonato Mundial de Futebol no Brasil, que aconteceu em junho de 2014. Não podemos desconsiderar que a tais movimentos reivindicatórios se incorporaram setores conservadores e forças que se opunham a essas manifestações e que ressurgiram na conjuntura do processo eleitoral de 2014.

Neste 2º turno as duas forças políticas, PT e PSDB, radicalizaram a disputa eleitoral, evidenciando a polarização desses partidos. As pesquisas eleitorais indicavam empate técnico entre os dois candidatos. Os embates entre as duas candidaturas foram acirrados. A campanha eleitoral no HGPE,

bem como os confrontos nos debates políticos promovidos pelas emissoras de televisão, foi agressiva. Os confrontos também ocorreram nas redes sociais entre eleitores das duas candidaturas.

No dia 23 de outubro de 2014, véspera do término da campanha eleitoral na televisão e do debate entre os candidatos na TV Globo, a revista Veja lança a sua edição com a seguinte manchete: Eles sabiam de tudo.



Em depoimento, o doleiro Alberto Youssef afirmou que Dilma e Lula sabiam de toda a corrupção que vinha ocorrendo na Petrobras.

A manobra “golpista” da Veja foi denunciada pela presidente Dilma no último debate promovido pela Rede Globo, no dia 24 de outubro de 2014, e no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral: “Meus amigos e minhas amigas, eu gostaria de encerrar minha campanha na TV de outra forma, mas não posso me calar frente a esse ato de terrorismo eleitoral articulado pela revista Veja e seus parceiros ocultos. Uma atitude que envergonha a imprensa e agride a nossa tradição democrática. Sem apresentar nenhuma prova concreta e mais uma vez baseando-se em supostas declarações de pessoas do

submundo do crime, a revista tenta envolver a mim e ao presidente Lula nos episódios da Petrobras que estão sob investigação da justiça. Todos os eleitores sabem da campanha sistemática que a revista move há anos contra Lula e contra mim, mas dessa vez a Veja excedeu todos os limites (...).”

No dia 26 de outubro de 2014, foi realizado o 2º turno das eleições presidenciais. A presidente Dilma Rousseff foi reeleita com 51,64% dos votos válidos. Aécio Neves obteve 48,36% dos votos válidos.

No dia 30 de outubro do mesmo ano, o PSDB protocolou no Tribunal Superior Eleitoral uma petição para que fosse aberto “um processo para verificar os sistemas de votação e de totalização dos votos com a criação de comissão de especialistas indicados pelos partidos” (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 31/10/14). O pedido foi feito porque o PSDB recebeu denúncias, segundo a direção do partido, através das redes sociais, de que ocorreram ‘fatos estranhos’ naquele processo eleitoral.

A auditoria foi repudiada pelo TSE e pelos partidos políticos, que consideraram que o PSDB estava forçando um “3º turno” das eleições. O ministro João Otávio de Noronha, corregedor-geral do TSE, afirmou que: “Não há nada que comprometa a lisura do processo eleitoral” (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 01/11/14).

A presidente Dilma Rousseff tomou posse no dia 01 de janeiro de 2015 e encontrou um Congresso Nacional complexo, com 35 partidos registrados no TSE, com o crescimento das bancadas mais conservadoras, a bancada BBB (bíblia, bala e boi) - evangélicos, ruralistas e bancada da “bala” e com o decréscimo de uma representação sindical. A base governista de Dilma Rousseff cresceu, porém sem fidelidade nem controle sobre a atuação de alguns partidos políticos, visto que, na primeira gestão da presidente, eles se rebelaram e assumiram uma posição contrária aos projetos apresentados pelo governo.

Manifestações contrárias à presidente Dilma Rousseff e ao PT, aconteceram no ano de 2015 e agora em 2016, não só no Congresso Nacional, mas também manifestações de setores da sociedade brasileira e de uma grande parte da imprensa brasileira. A operação Lava Jato ainda em andamento, provocou prisões de empresários de empreiteiras citadas pelos ex-diretores da Petrobras. O Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, entregou ao Supremo Tribunal Federal, no dia 03 de março de 2015, a lista de políticos envolvidos com o esquema de corrupção da Petrobras, citados pelos delatores.

No caso da presidente Dilma Rousseff, a sua base de apoio foi desmembrada, e o bloco que a acompanhava desde 2010 sofreu uma série de reveses, vide PSB, que lançou candidato próprio (Eduardo Campos, morto num acidente de avião durante o período eleitoral). O próprio PMDB, que esteve presente nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e no primeiro governo de Dilma Rousseff, tendeu a manter uma neutralidade face ao processo eleitoral de 2014, também por conta das eleições estaduais, cuja dinâmica é bem diferenciada das eleições presidenciais. Michel Temer, do PMDB, foi novamente o vice- presidente e comandou o processo de impeachment junto com Eduardo Cunha, presidente da Câmara Federal e réu do Supremo Tribunal Federal.

A divulgação de uma série de escândalos políticos relacionada ao PSDB e PSB foram esquecidos e omitidos pela imprensa, que se manifestou claramente contra Dilma Rousseff. O escândalo denominado “Operação Lava Jato”, que envolveu corrupção dentro da Petrobras, chegou a desestabilizar a candidatura da presidente Dilma. Paulo Roberto Costa, ex- diretor de Abastecimento da Petrobras e o doleiro Alberto Youssef revelaram em depoimento, após fazerem acordo com a Justiça em que teriam direito à Delação Premiada, que os seguintes partidos receberam propina: PT, PP e PMDB. Também acusaram deputados, senadores e governadores de terem se

beneficiado do esquema de corrupção montado na empresa estatal. A denúncia se entendeu ao presidente do PSDB, senador Sergio Guerra (morto no começo de 2014), acusado de pedir dinheiro a Paulo Roberto Costa para esvaziar a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Senado que investigava a atuação da Petrobras em Pernambuco no ano de 2009.

Como estamos acompanhando o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha do PMDB, evangélico, desafeto da presidente Dilma, faz parte da bancada crítica do PMDB, o partido com maior representação de sua base aliada. O presidente do Senado, Renan Calheiros, também do PMDB, assumiu posições ambíguas no governo Dilma, embora tenha sido um aliado durante os governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Eduardo Cunha e Renan Calheiros estão na lista de políticos envolvidos com o esquema de corrupção da Petrobras. Seus nomes foram encaminhados pelo Procurador da República. Se a relação entre estes políticos e a presidente Dilma já era complicada, após esta indicação, os políticos se rebelaram e estão atuando para impedir que qualquer projeto de lei e/ou medida provisória encaminhada pelo executivo seja aprovado.

A bancada conservadora do novo Congresso Nacional reflete a mudança no eleitorado, pois mostra a fragilidade dos setores progressistas, já que houve um refluxo nos movimentos sociais, ou seja, pouca representação política por parte desses grupos.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha “tirou da gaveta” projetos que interferem na vida particular das pessoas, além de privilegiar setores específicos. As políticas públicas, que abrangem setores mais amplos da sociedade, não entram em pauta. A coligação do novo governo da presidente Dilma Rousseff é frágil e age segundo critérios subjetivos, não respeitando os acordos políticos estabelecidos entre esta base o governo.

As manifestações de ruas (15/03/2015 e 12/04/2015) abrangeram milhares de pessoas, em várias cidades brasileiras e teve seu foco de irradiação em São Paulo. Esses manifestantes representam setores mais conservadores da sociedade brasileira. Podemos citar os seguintes movimentos: “Vem pra rua”, “Movimento Brasil Livre”, “Revoltados Online”, dentre outros¹. Estes movimentos foram essenciais para que as manifestações a favor do *impeachment* se fortalecessem.

Também ocorreram várias manifestações no ano de 2016, em defesa da democracia e Legalidade e à favor da presidente Dilma e do PT.

Lembremos que para minimizar a crise de governabilidade, foi destacado o vice-presidente Michel Temer, do PMDB, para restabelecer a articulação política e fortalecer a coligação, tarefa enfrentada por Temer, que se distanciou da presidente Dilma e aproveitou o momento para estabelecer contatos com vários setores da sociedade brasileira, se colocando como o único político que poderia resolver os problemas econômicos e políticos presentes naquela conjuntura.

A oposição no Congresso Nacional se fortaleceu, a presidente Dilma perdeu força política ao delegar as negociações, seja para seu vice, seja pelo então Ministro da Fazenda Joaquim Levy. Tanto o PMDB quanto a oposição optaram por destituir a presidente, via o processo de *impeachment*, orquestrado por setores da oposição e pelos movimentos sociais conservadores.

Agora o pedido de impeachment foi encaminhado ao Senado, sob a presidência de Renan Calheiros, do PMDB.

¹ Pesquisa realizada no dia 12/04/15, traça o perfil dos manifestantes destes movimentos contra o PT e a presidente Dilma Rousseff – <http://www.lage.ib.usp.br/manif/>

IMPEACHMENT SEM CRIME REPRESENTA RISCOS À ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA

Paulo Roberto Figueira Leal
Universidade Federal de Juiz de Fora
✉ pabeto.figueira@uol.com.br

Luiz Ademir de Oliveira
Universidade Federal de São João del-Rei
✉ luizoli@ufsj.edu.br

Resumo: O processo de impeachment em curso contra a presidenta Dilma Rousseff não atende aos requisitos básicos de caracterização de crime de responsabilidade. Deste modo, ao se revelar como mero instrumento de uma maioria oposicionista para efetivar jogo político bruto, produz consequências perigosas para a estabilidade democrática futura. As relações entre os poderes Executivo e Legislativo em legislaturas e mandatos presidenciais de anos vindouros serão impactados pelas consequências perversas da presente condução inadequada do instrumento constitucional do impeachment.

Palavras-chave: Impeachment; Democracia; Golpe Parlamentar.

Abstract: The impeachment proceedings ongoing against the president Dilma Rousseff does not attend the basic characterization requirements of a responsibility crime. Thus, to prove as a mere instrument of an opposition majority to effect crude political game, produce dangerous consequences for the future democratic stability. Relations between the executive and legislative powers in legislatures and presidential mandates in the coming years will be impacted by the perverses consequences of this improper conduct of the constitutional instrument of impeachment.

Keywords: Impeachment; Democracy; Parliamentary Coup.

O instrumento constitucional do *impeachment*, que em essência deve ser visto como mecanismo de defesa da democracia, não pode ser banalizado nem deturpado por contingências de maiorias políticas ocasionais. Quando utilizado para afastar um presidente que não tenha cometido algum crime de responsabilidade, deixa de cumprir o papel para o qual foi criado e deve ser chamado pelo que de fato ele eventualmente pode representar se for mal

utilizado: golpe parlamentar – tal como aquele que ocorreu poucos anos atrás no Paraguai, quando da rápida destituição, por um congresso majoritariamente oposicionista, do então presidente Fernando Lugo.

É esse tipo de golpe parlamentar (com forte apoio do grande sistema midiático e de setores partidarizados da Polícia Federal, do Ministério Público e do Judiciário) que se encontra em curso no Brasil. E com graves consequências para a estabilidade democrática atual e futura. Afinal, quais são os motivos alegados pelos setores que querem o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff? No pedido que tramita no Congresso Nacional, o argumento central utilizado relaciona-se com as chamadas “pedaladas fiscais” – pagamentos feitos pelo governo com adiantamentos de recursos provenientes de bancos públicos (que depois foram ressarcidos por isso).

Desde a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), todos os presidentes – a começar por Fernando Henrique Cardoso, do PSDB – utilizaram-se deste expediente. E todos tiveram suas contas aprovadas sem problemas pelo Congresso, antecidas de pareceres favoráveis do Tribunal de Contas da União (TCU). Repentinamente, a posição do TCU mudou, no meio do jogo, e ele passou a considerar que a prática não seria convergente com a LRF. Numerosos especialistas apontam que há um grande equívoco em considerar essas operações como sendo de crédito e que, portanto, não haveria nenhuma incompatibilidade dessa prática com o marco legal.

Mas quem vota (e aprova ou rejeita) as contas é o Congresso Nacional, e ele ainda não o fez – o parecer do parlamentar que relatou o processo é favorável à aprovação das contas da presidente. Resumindo: Dilma não teve suas contas avaliadas pelo Congresso e se tenta tirá-la da presidência com base numa prática que todos os presidentes anteriores utilizaram sem nenhuma consequência. E mais: que vários governadores – 17, para sermos precisos, inclusive da oposição – continuaram utilizando até recentemente. E não há nenhum debate sobre riscos aos mandatos de nenhum desses governadores

O *impeachment*, o mais extremo recurso da legislação, não pode ser assentado em questões tão pouco consensuais até mesmo entre os especialistas do campo da contabilidade pública e do direito. A assimetria de tratamento nos casos dos ex-presidentes e dos passados e atuais governadores (nos quais as antecipações foram admitidas) e no caso de Dilma (no qual se pede o fim de seu mandato) mostra que a verdadeira questão por trás do debate não é técnica, mas apenas e tão somente de luta política. E uma luta política iniciada, na Câmara dos Deputados, por um ato de retaliação do presidente da casa, Eduardo Cunha. Esse sim investigado, denunciado pelo Ministério Público, réu na Justiça e com fartas evidências de corrupção (inclusive com provas da Justiça da Suíça).

A votação na Câmara, no último dia 17 de abril, é sintomática dos verdadeiros motivos da tentativa de impedimento. A maioria dos parlamentares a favor do impeachment (367 votos) nem sequer mencionou qualquer um dos elementos presentes na denúncia – pedaladas fiscais à frente. Motivos totalmente desassociados à peça que deveria estruturar o posicionamento foram elencadas, o que sugere que não houve qualquer reflexão sobre o mérito. Os parlamentares decidiram desalojar Dilma e todo o resto foi apenas uma formalidade, uma encenação em rede nacional.

Outro motivo alegado pela oposição – e que é uma das bases centrais da ação que tramita no TSE, pedindo a cassação da chapa Dilma-Temer – é a de que financiadores da campanha presidencial vitoriosa fizeram doações provenientes de desvios de recursos públicos. Mas as maiores empreiteiras do país, investigadas na operação Lava Jato, fizeram igualmente generosas doações à campanha de Aécio Neves. E foram também financiadoras da maioria dos deputados federais que integraram a comissão do impeachment.

Quer dizer que as empreiteiras têm um cofre de dinheiro limpo, que doaram a Aécio e muitos outros candidatos, e um cofre com dinheiro sujo, exclusivamente para Dilma? O argumento não faz o menor sentido. Se Dilma

foi beneficiária de recursos por causa de algum esquema, por que as empresas fizeram grandes doações também à oposição? Simples: essas empresas sempre doaram a qualquer um que tivesse chances de vencer e que se dispusesse a receber seus recursos. E Dilma era favorita para vencer em 2014. Curiosamente, os setores políticos que querem o impeachment são os mesmos que se opuseram ao fim das doações empresariais em campanhas eleitorais.

Ninguém deve ser punido antes que se comprove culpa. Com base em que os defensores do impeachment podem afirmar que ela cometeu algum crime e tentar tirá-la do poder antes disso? Os mesmos grupos que alegam presunção de culpa de Dilma porque sua campanha recebeu recursos de empreiteiras (contrariando o direito básico de que qualquer pessoa é inocente antes que se prove algo contra ela) não o fazem em relação a Aécio Neves, que recebeu recursos das mesmas empresas. O nome disso é hipocrisia. O efeito disso é fomentar um golpe parlamentar.

Por fim, nos últimos dias, a partir da delação de Delcídio do Amaral e de uma das interpretações possíveis (dentre muitas outras) da conversa telefônica grampeada entre Lula e Dilma, entrou em cena o argumento de que a presidente tenta interferir nas investigações. Curioso: se verdadeira a delação de Delcídio (até o momento é só a palavra do senador, não se sabe se existem comprovações de que as informações são verídicas), ela compromete toda a linha sucessória caso Dilma seja afastada (Temer, Eduardo Cunha, Renan) e compromete também Aécio Neves, candidato derrotado nas urnas em 2014.

O argumento da obstrução das investigações ganha ares de *nonsense* quando se sabe que nunca houve tanto autonomia e liberdade de atuação da Polícia Federal quanto agora. O mesmo vale para o Ministério Público: foi no governo do PT que se iniciou a boa prática de nomear para a Procuradoria Geral da República o mais votado da categoria (e não mais houve

“engavetador geral”, como ficou conhecido jocosamente um procurador do governo FHC que impedia qualquer investigação).

Até o presente momento, Dilma é objeto de investigação em algum inquérito policial? Não. Ela foi denunciada pelo Ministério Público? Não. Foi julgada por alguma instância do Poder Judiciário? Não. O juízo dos congressistas que avaliam um processo de *impeachment* não pode ser apenas político. Deve ser uma decisão política necessariamente amparada em evidências que permitam a tipificação de crime de responsabilidade. Se não for assim, basta haver uma maioria parlamentar oposicionista que nenhum chefe do Poder Executivo chegará ao fim do seu mandato.

Nesse momento, a tentativa de impeachment tem que ser vista como o que de fato ela é: jogo político bruto, num momento de fragilidade do governo, com o objetivo de tirar do poder uma presidente eleita com 54 milhões de votos e contra quem, até o momento, não há nenhuma evidência de que tenha cometido crime de responsabilidade. Não há, nesse processo atual, nenhuma semelhança com o impeachment de Collor, em que eram abundantes as provas contra o ex-presidente.

As comparações com o caso Collor suscitam uma reflexão necessária. Por que naquele caso o *impeachment* cumpriu seu papel constitucional e agora, com Dilma, não cumpre? Porque no primeiro caso havia numerosas evidências envolvendo direta e pessoalmente o ex-presidente com a prática de crimes, e no caso atual não há. A distância entre os dois casos pode ser medida também pela diferença da reação de seus apoiadores: quem defendeu Collor na sociedade, nas ruas, no mundo jurídico? Quase ninguém - exatamente porque havia dados concretos contra ele.

Mesmo provas envolvendo bens de custo relativamente baixo, como a compra de uma Fiat Elba com dinheiro vindo do esquema de PC Farias, indicavam a participação direta de Collor. Onde está o equivalente da Fiat Elba de Dilma? Até o momento, não existe nada, absolutamente nada. A

absolvição posterior de Collor na Justiça (duas décadas depois) deu-se principalmente por questões de erros processuais.

O que está em jogo agora é o respeito às regras do jogo e à estabilidade democrática. A defesa do resultado das urnas não impede uma abordagem crítica do atual governo. Qualquer cidadão pode ser investigado (respeitada a lei, não com grampos feitos à presidência e vazados ilegalmente) e a corrupção deve obviamente ser combatida por todos os meios legais disponíveis. Não é disso que se trata agora: setores da sociedade querem tirar a presidente eleita em algumas semanas de rápida tramitação no Congresso, mesmo que não haja provas contra ela. Isso não tem nenhuma relação com justiça: é golpe parlamentar.

Se efetivado nessas bases, o *impeachment* cobrará um alto preço não apenas de Dilma, mas de todos os presidentes nos anos vindouros. A mensagem será clara: em momentos de impopularidade, qualquer mandatário poderá ser defenestrado do poder apenas porque uma eventual maioria oposicionista assim o quis, sem necessidade de provas ou bases jurídicas que tipifiquem crime de responsabilidade.

Aumentará ainda mais a já presente necessidade de os presidentes forjarem maiorias parlamentares exdrúxulas (do modo como isso for possível, mesmo que por meio dos piores métodos). Parlamentares venais terão seu passe valorizado. A disputa pela presidência da Câmara será tratada como tão vital por parte do Poder Executivo, para evitar a ascensão de alguém que possa admitir pedidos de impeachment indevidos, que na prática a autonomia do Poder Legislativo acabará diminuída.

Em essência, argumenta-se aqui que o atual processo de *impeachment*, conduzido deste modo ilegítimo, deixará de servir à democracia e, verdadeiramente, se prestará exatamente ao oposto disso. O atual processo não se parece com o de 1992. Há muito mais semelhanças com as iniciativas golpistas de 1954 e de 1964.

DOSSIÊ
PAULO ROBERTO FIGUEIRA LEAL
LUIZ ADEMIR DE OLIVEIRA
IMPEACHMENT SEM CRIME REPRESENTA RISCOS À ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA

Por fim, uma observação de caráter pessoal: quando daqui a alguns anos a história vier nos inquirir sobre onde estávamos e o que fazíamos em 2016, pretendemos ter a consciência tranquila de que não conspiramos contra a democracia brasileira. Não éramos nascidos em 54, mas certamente não estaríamos entre os falsos moralistas que, bradando a *Tribuna da Imprensa* e *O Globo*, levaram ao suicídio de Getúlio. Não éramos nascidos em 64, mas certamente não estaríamos ao lado de senhorinhas da alta sociedade na "Marcha da Família com Deus" (sic) que incentivavam um golpe militar terrível, que ceifou vidas, liberdades e direitos por 21 anos (com apoio dessa mesma mídia de agora). Defendemos apenas respeito ao resultado das urnas: se não cometeu crime, qualquer presidente, popular ou impopular, deve terminar o mandato que o povo lhe deu.

THE “CLEAN HANDS” (*MANI PULITE*) INQUIRY ON CORRUPTION AND ITS EFFECTS ON THE ITALIAN POLITICAL SYSTEM

Alberto Vannucci

Dipartimento di Scienze Politiche, Università di Pisa

✉ alberto.vannucci@unipi.it

Abstract: *The article offers a survey of the main effects of judicial inquiry on corruption in Italy (the “mani pulite” inquiry) and scandals on the political and party system. Some data on the evolution and achievements of the inquiry mani pulite are briefly offered, then focusing on the political consequences of the scandal in terms of delegitimization and consequent crisis of leading political figures, parties, and the political system as a whole. There is then a brief focus on the “lesson” of mani pulite – what did not work in political, institutional and societal mechanisms that should have provided a shelter against systemic corruption. Finally, the main long-term drawbacks of the judicial inquiry are analysed, e.g. the political career of the media tycoon Berlusconi, who was himself prosecuted for corruption crimes, with a dramatic increase of the institutional conflict between the political and the judicial power.*

Keywords: *Corruption; Parties, Italian Political System; “Mani Pulite” Inquiry; Scandal.*

Resumo: *O presente artigo apresenta um levantamento dos principais efeitos do inquérito judicial sobre a corrupção na Itália (especificamente a “Operação Mãos Limpas”) e os escândalos no sistema político e partidário do país. Alguns dados sobre a evolução e os alcances da Operação Mãos Limpas são brevemente expostos. Foca-se a atenção nas consequências políticas de tal escândalo em termos da deslegitimação e a consequente crise de liderança das figuras políticas, dos partidos e do sistema político como um todo. Assim, é uma exposição breve sobre as “lições” da Operação Mãos Limpas – o que não funcionou nos mecanismos políticos, institucionais e sociais que deveriam ter evitado a instauração da corrupção sistêmica. Finalmente, são analisadas, no longo prazo, as principais desvantagens desta investigação judicial como, por exemplo, a carreira política do midiático Berlusconi, ele mesmo processado por crimes de corrupção, incrementando dramaticamente o conflito institucional entre o poder político e o poder judiciário.*

Palavras-chave: *Corrupção; Partidos; Sistema Político Italiano; Operação Mãos Limpas; Escândalos.*

1. The systemic nature of political corruption became the main issue in the public debate in Italy short afterwards 17 February 1992, when the arrest of the socialist manager of a public hospice Mario Chiesa while taking a bribe from a small cleaning company started the so called “clean hands” (*mani pulite*) judicial inquiry in Milan. After a couple of months of imprisonment Chiesa

started to cooperate with judges, generating a snowball effect which quickly expanded investigations into the whole country, spreading also the celebration of the leading prosecutor (Antonio Di Pietro) and the pool of magistrates who soon supported him as popular heroes . In the following three years, five former prime ministers, more than five hundred members of Parliament, several thousand local politicians, party leaders, bureaucrats, public manager, entrepreneurs, professionals, the customs service (responsible for investigating financial crimes in general), the main publicly-owned companies and even sectors of the magistracy itself, became involved in the *mani pulite* inquiry (TRAVAGLIO, BARBACETTO, GOMEZ, 2012). An idea of the size of the investigation can be gathered from the statistics for corruption accusations: between 1984 and 1991 in Italy the average ran at 252 cases a year involving 365 individuals; between 1992 and 1995 it increased to 1,095 cases involving 2,085 individuals. In the last of these years 1,065 accusations were made involving 2,731 persons. Only the Public Persecutor of Milan have, between 1992 and October 1996, produced 2,319 demands for formal charge related with corruption crimes (PROCURA DI MILANO, 1996; DELLA PORTA, VANNUCCI, 1999).

2. The “clean hands” investigation brought about the most serious political crisis in the history of the Italian Republic. In a matter of months, the magistracy had opened a breach on a scene of corruption and political illegality involving the entire political class of the country and broad sectors of its business community. The equilibrium that had long characterised Italian politics collapsed, bringing to a transition towards what has been disputably defined as a “second Republic”. In fact, after 45 years of uninterrupted government the country’s largest single party, the Cristian Democrats, was cancelled along with its leaders, accompanied by the other parties of the ruling coalition, the Socialist Party included. Most leading political figures were forced to resign or go into exile; the major parties disappeared or underwent

radical transformation; new parties emerged on the scene occupying the political space left by the old, and formerly marginalized parties (e.g. post-fascist Alleanza Nazionale, xenophobic Lega Nord; post-communist Rifondazione comunista) entered into competing coalitions (DELLA PORTA, VANNUCCI, 2007b; VANNUCCI, 2009).

The corruption scandal and the consequent delegitimization of the political elite provoked a crisis and a drastic transformation of the party system, with the emergence of effective alternation in government of competing coalitions, characterised also by an informal, almost-direct electoral investiture of the Prime Minister; the emergence of new primary political actors, mainly the entrepreneur and media tycoon Silvio Berlusconi and his Forza Italia party as undisputed leader of the centre-right coalition. Quite paradoxically, the issue that acted as detonator of the crisis – evidence of a systemic corruption – quickly faded as an issue on the public agenda (DELLA PORTA, VANNUCCI, 1999b): in the public opinion’s disinterest, the first comprehensive anti-corruption law (n.190) passed only in 2012. Nor the involvement of the three-times Prime Minister, Silvio Berlusconi, in several corruption scandals since 1994 and his conviction for fiscal fraud in 2014 resulted in any significant discussion of reforms designed to combat corruption (DELLA PORTA, VANNUCCI, 2007a). On the contrary, Berlusconi’s involvement in corruption inquiries has worsened since the beginning of his political career, in 1994, a condition of institutional friction between the political and judicial branches of the State. Since the entering of Berlusconi into the political arena, in fact, the asserted need for a profound reform of the administration of justice to reduce the allegedly arbitrary power of judges, who were claimed in Berlusconi’s political discourse to be politically biased and without any electoral legitimation, has become a central issue on the political agenda. Since then, when judges and politicians started to compete in the public sphere, the first aiming at a general recognition and

legitimization of their role as guarantor of the “control of public virtue”, the latter worried for the risks of judicial prosecution due to the systemic nature of illegal activities in the political system, a cleavage emerged between political and judicial institutions that could not be easily mended (PIZZORNO, 1998).

3. Thanks to the evidence generated by judicial inquiries Italy can be taken as a paradigmatic case of the failure of institutional mechanisms, policies and countermeasures to limit the diffusion of systemic corruption in an advanced democracy. Political competition has proved to be largely ineffective. On the contrary, corruption has been often justified in the public debate as necessary means for parties and political actors to satisfy their need for financial resources (the alleged “cost of democracy”). Moreover, apart from the most acute phase of the scandal, effects of corruption revelations on electoral choices has been quite limited, in certain cases (Berlusconi, for instance) almost nil: in fact, bribe money is normally re-invested into political competition and in the operation of clientelistic machines, therefore neutralizing the potential loss of consent for politicians involved in judicial inquiries (SBERNA, VANNUCCI, 2013). Finally, in Italy corruption – as shown by *mani pulite* and confirmed in subsequent investigations – generally involves together a plurality of political actors belonging to both ruling and opposition parties, at both central and local levels, extending into this hidden arena consociational practices which cancelled the potential denounce of political opponents (PIZZORNO, 1993).

The rule of law and its framework of legal counterweights, administrative and judicial controls, has also proved to be ineffective – with the partial and momentary exception of the *mani pulite* inquiries themselves. Severe obstructions to judges’ activity were introduced in several “ad personam” laws, aimed at shielding Berlusconi from certain charges, but ultimately generating an increase of the potential impunity for all white-collar

criminals. Moreover, the over-regulated Italian administrative system has produced a parallel multiplication and overlap of formal monitoring mechanisms, which sometimes has merely increased the number and the size of bribes that have had to be paid in order to avoid controls.

Civil society did not act as an effective check on the spread of political and administrative illegality, as soon as the widespread popular support given to the judges' actions in the early years after 1992 vanished (DAVIGO, 1998). Nor did market competition offer a significant resilience against the practice of corruption: no denounce came from entrepreneurs and their associations, which on the contrary often exploited their political connections and protections to obtain contracts, concessions, privileges.

4. To conclude, the “*mani pulite*” inquiries can be considered as an extraordinary success in the short term, but a failure in the longer time horizon. Judicial inquiries - even when they are successful in the prosecution of crimes - can in fact expose and sanction illegal activities and white-collars crimes, but they cannot remove the deep-rooted causes of corruption. Lack of transparency and accountability in politics and bureaucracy, weak social and political control over the exercise of power, wrong and immoral mechanisms of selection of the political elite; a legacy of systemic corruption with its enduring, non-written rules: these and other well-established factors of corruption cannot be eradicated by judges. Judicial inquiries can only scratch the surface of illegality, they can hardly modify the invisible structure of non-written norms, expectations and values which rules in the realm of systemic corruption. When a significant quote of the members of the elite have developed a long-lasting belief that corruption is the “normal way things have to be done”, corrupt activities – in spite of their dramatic collective consequences – acquire a strong resilience to investigations and scandals. Paradoxically, they can even find some sort of “cultural” justification, since

bribes can be useful to one’s political party, enterprise, family or clan, and this becomes the ultimate self-excuse for the participation to illegal practices.

Even worse, in Italy corrupt politicians, public servants and entrepreneurs have learnt the lesson of *mani pulite*, developing more sophisticated skills and technics to practice corruption with higher probability of impunity, for instance dissimulating bribe payment, or multiplying conflicts of interests, i.e. a dangerous overlapping between public decision-makers and their private entrepreneurial interests (DELLA PORTA, VANNUCCI, 2012; VANNUCCI, 2012). The overemphasis on the role of magistrates, to whom civil society after 1992 delegated the task of renewing and “purifying” the political class, turned out to be a boomerang, generating an escalation of institutional tensions between political powers – especially the coalition headed by Silvio Berlusconi – and the judiciary (PIZZORNO, 1998). Its social legacy has been the delegitimization of public institutions and authorities and a deep-rooted pessimism concerning the integrity of political and economic elites; as well as a strengthening of the widespread public and political tolerance of illegal practices. Another drawback of *mani pulite* is the stronger “sense of impunity” among participants to illicit deals, due to the long-term ineffectiveness of prosecution when the change of political climate and specific measures – letting hundreds of defendants to get away thanks to a more favourable statute of limitations regime. The capability to assure convictions of those – especially the most powerful – whose involvement in corruption has been demonstrated is essential for at least a couple of reasons. Because it rises the perception of a penal risk in the practice of corruption among those involved, reducing the incentives to participate in it. And because it has a very strong symbolic effect, showing that “the law is equal for anyone”, therefore increasing a popular confidence towards public institutions otherwise hindered by corruption itself. In Italy such conditions were not met. The economic heritage has been a blurring of the boundaries between the

market and state activities: as an alleged (and ineffective) remedy against corruption in Italy the public sphere weakened by privatization, the emergence of mixed public/private arrangements in the delivery of public services, especially at local level; the intensive delegation to private actors of public functions: a multiplication of conflicts of interest due to the political careers of entrepreneurs, and the entrepreneurial vocations of politicians – factors which have made corruption more difficult to prevent, detect and punish.

References

- DAVIGO, P. *La giubba del re. Intervista sulla corruzione*. Roma: Laterza, 1998.
- DELLA PORTA, D.; VANNUCCI, A. *Un paese anormale. Come la classe politica ha perso l'occasione di mani pulite*. Roma-Bari: Laterza, 1999a.
- DELLA PORTA, D.; VANNUCCI, A. *Corrupt Exchanges. Actors, Resources and Mechanisms of Political Corruption*. New York: Aldine De Gruyter, 1999b.
- DELLA PORTA, D.; VANNUCCI, A. *Mani impunte. Vecchia e nuova corruzione in Italia*. Roma-Bari: Laterza, 2007a.
- DELLA PORTA, D.; VANNUCCI, A. *Corruption and Anti-corruption. The political Defeat of Clean Hands in Italy*. *West European Politics*, v.30, n.4, p.830-853, 2007b.
- DELLA PORTA, D.; VANNUCCI, A. *The hidden order of corruption. An institutional approach*. Farnham: Ashgate, 2012.
- PIZZORNO, A. *La corruzione nel sistema politico*. In: D. della Porta. *Lo scambio occulto*. Bologna: Il Mulino, 1992.
- PIZZORNO, A. *Il potere dei giudici: stato democratico e controllo della virtù*. Roma: Laterza, 1998.
- PROCURA DI MILANO. *Prospetto riepilogativo di "mani pulite"*. Updated to october 10, Milano, 1996.
- SBERNA, S.; VANNUCCI, A. "It's the politics, stupid!". *The politicization of anti-corruption in Italy*. *Crime, Law and Social Change*, v.60, n.5, p.565-593, 2013.
- TRAVAGLIO, M.; BARBACETTO, G.; GOMEZ, P. *Mani pulite. La vera storia*. Milano: Chiarelettere, 2012.
- VANNUCCI, A. *The Controversial Legacy of Mani Pulite: A Critical Analysis of Italian Corruption and Anti-Corruption Policies*. *Bulletin of Italian politics*, v.1, n.2, p.233-264, 2009.
- VANNUCCI, A. *Atlante della corruzione*. Torino: Edizioni Gruppo Abele, 2012.

PARTIDOS POLÍTICOS E PROTAGONISMO: IDEOLOGIA, PUNIÇÃO E ESTRATÉGIAS

Érica Anita Baptista
Universidade Federal de Minas Gerais
✉ anitaerica@gmail.com

Paulo Victor Melo
Universidade Federal de Minas Gerais
✉ paulovictormelo@gmail.com

Resumo: O Brasil está mergulhado em uma crise política que coloca em xeque a capacidade de representatividade da classe política e aumenta a descrença dos cidadãos em relação à política e aos partidos. A disputa de poder torna-se cada vez mais evidente e a democracia fica em segundo plano. Paralelo a isso, assistimos a uma polarização argumentativa na sociedade, e um grave e crescente clima de intolerância.

Palavras-chave: Crise Política; Democracia; Partidos Políticos.

Abstract: Brazil is mired in a political crisis that calls into question the representativeness capacity of the political class and increases the distrust of citizens towards politics and parties. The power struggle becomes increasingly evident and democracy is in the background. Parallel to this, we have seen an argumentative polarization in society, and a serious and growing climate of intolerance.

Keywords: Political Crisis; Democracy; Political Parties.

Dia 29 de março de 2016 ficará marcado como o dia que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) saiu da base aliada ao segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Um dos golpes mais duros que a Presidenta sofreu nessa batalha iniciada com o pedido do seu afastamento da Presidência da República. Esse distanciamento já foi anunciado em dezembro de 2015, com a famosa Carta do Vice-presidente Michel Temer para Dilma Rousseff. Há poucos dias, em um áudio supostamente vazado acidentalmente, Temer “lava suas mãos” diante dos deslizes do governo Dilma (governo este que ele participou todo o tempo) e anuncia propostas caso assuma a presidência.

Acreditamos que a Ciência Política ainda não possui ferramentas explicativas e cognitivas para dar conta de todos os acontecimentos da nossa política. Isso torna o nosso país um desafio e uma seara de possibilidades que outros pesquisadores não possuem em seus países. O PMDB apesar do ato formal de não pertencer mais a base aliada, foi eleito para um mandato junto com a Presidenta Dilma. A chapa que disputou e ganhou as eleições foi composta por PT-PMDB e esta aliança se repetiu em diversos estados do Brasil. Os votos tanto de PT como os do PMDB foram contados de forma unida para a superação do quociente eleitoral e a formação das bancadas no Congresso Nacional. O que demonstra que a saída do PMDB do governo é mais um desafio para se elucidar.

Todavia, queremos aqui discutir um pouco sobre as escolhas estratégicas dos partidos políticos, o papel da sua ideologia e as punições que eles podem sofrer. Acreditamos que isso contribui para compreendermos mais sobre os caminhos que a política brasileira tem seguido e o comportamento dos partidos nesse cenário, sobretudo daqueles que protagonizam as disputas como PT, PMDB e PSDB.

A literatura sobre os desafios enfrentados pelos partidos na contemporaneidade como a *desafección* e descontento, e a erosão das suas funções de representação (BARTOLINI, MAIR, 2001). A literatura sobre partidos políticos divide as funções partidárias em funções representativas: integração de indivíduos; agregação e articulação de demandas; socialização política e funções procedimentais: cooptação de lideranças; organização das eleições; organização de governos (MAIR, 2003). Os partidos têm como passar do tempo perdido parte de suas funções de representação política e concentrado nas suas funções procedimentais.

Para melhor elucidar, devemos apresentar, de início, a discussão sobre como os partidos foram se adaptando as mudanças que lhe foram impostas, para isso vale uma pequena recapitulação. Panebianco (2005) apresenta um

modelo de três fases de sobrevivência de um partido. A primeira fase, denominada sistema de solidariedade, é composta da seguinte maneira: 1) o objeto é a realização da causa comum; 2) prevalecem os incentivos coletivos (participação do tipo movimento social); 3) ampla autonomia de manobra dos líderes; 4) estratégia de domínio sobre o ambiente. A segunda fase é a fase da institucionalização dos partidos, no qual a máquina partidária começa a ganhar corpo, com diretórios e líderes que centralizam o e entram na disputa do jogo político. E a terceira fase é assim composta: 1) modelo do sistema natural: o objetivo é a sobrevivência e o equilíbrio dos interesses específicos; 2) prevalecem os incentivos seletivos; 3) liberdade de manobra restrita; e 4) estratégia de adaptação ao ambiente.

Para esta discussão, vamos centrar na última fase. Nesta, de pós-institucionalização, os partidos estão imersos em uma sociedade mais complexa, em que a existência de outros meios de compreensão da política, além dos partidos, são possíveis, o que acarretou a perda de muitas das funções de representação. Nas atuais sociedades, os cidadãos não se guiam mais pelas suas lideranças políticas para lhe traduzir o mundo político, temos a disposição meios de comunicação, internet e os mais diferentes dados. Somando o maior número de nuances das sociedades e a perda do monopólio da tradução política para a sociedade, leva aos partidos a uma adaptação acelerada do discurso, programa e do modelo partidário buscando a sobrevivência do partido. Os novos *issues* introduzidos pela sociedade, são cooptados pelos partidos tradicionais, por exemplo, os partidos de esquerda que adotaram os valores pós-materialistas e libertários, e os de direita os materialistas e autoritários (KITSCHOLT, 2003). Kitschelt (2003) acrescenta que devido as novas configurações da sociedade os partidos têm de estar cada vez mais próximos ao seu eleitorado, o que é reforçado pelo número de pesquisas de opinião.

Com o aumento da deslegitimidade dos partidos políticos frente a sociedade brasileira é necessário uma discussão sobre como estes podem ser penalizados pelos eleitores. Como discutido pela teoria do *path dependence*, a trajetória e as decisões tomadas pelos partidos geram reflexos em sua constituição e estratégias, por isso para analisar essas punições e o atual reflexo de ódio presente na política brasileira é necessário analisar a trajetória dos atores que levaram a ela. As eleições representam o momento chave da definição dos programas políticos. Os cidadãos, de modo geral, realizam uma análise retrospectiva e prospectiva, avaliam a atualidade, consideram os atalhos midiáticos e de campanha, e definem as políticas de forma perspectiva, com base no programa que lhes é apresentado. Nesse contexto, estão inseridos os partidos, que, seguindo seus preceitos ideológicos e de formação, lançam candidatos e elaboram as propostas.

David Samuels (2004), ao analisar o perfil do eleitor petista em 2002, mostra que este é o mais atraído pelo interesse em reduzir a desigualdade socioeconômica, desejo de maior influência do governo na economia, com maior regulação da economia, apoio ao nacionalismo econômico e são os brasileiros que se opõem a práticas clientelistas, com apoio a liberdade de expressão política e que tem uma visão menos hierárquica da sociedade. O PT se configurou no jogo político brasileiro até a eleição de 2002 como um partido diferente na fauna partidária brasileira, era o partido considerado como um partido de bases de massas (MENEGUELO, 1999; KECK, 1991; MELO, 1994; TELLES, 1997; 2003), com uma ideologia mais relevante, com posicionamentos de ética e batalha contra a corrupção.

A sua maior liderança, Luiz Inácio Lula da Silva, sempre foi visto como a cara que falava os podres da política. Por isso, se guardava a esperança que, ao chegar ao poder, a atuação do PT e do Lula seria diferente de tudo o que se vivenciava. Todavia, para chegar ao poder em 2002, o jogo já não foi o esperado; o PT se alinhou com forças de centro-direita para conseguir

ganhar o jogo. Ao aderir as regras do jogo político brasileiro, o PT não o modificou, como lhe era esperado. Os Governos Lula, todavia, realizaram uma série de políticas sócias e base que pela primeira vez possibilitaram uma pequena “divisão do bolo” no Brasil. Longe de ser o que as políticas de esquerda propunham ou anseiam, mas foi dado um passo importante nesse sentido. No governo Dilma, o jogo continuou o mesmo com a entrada do PMDB na vice-presidência. Mas, com uma personalidade com bem menos carisma e jogo político liderando o barco, Dilma Rousseff.

Outra coisa que temos de arrolar para essa discussão é o peso da cadeira presidencial. Para além do peso político e de centro do jogo político (MELO, CÂMARA, 2012), a cadeira da presidência é repleta de um peso simbólico de grande relevância. A Presidência da República é o principal cargo eletivo do Brasil, mas não é só por isso, a população acredita que ele é responsável por todos os males e benefícios do mundo político. O que é explicado pelas ferramentas disponíveis aos ocupantes da cadeira e por ser ocupado por apenas uma pessoa, todavia, o que aconteceu no atual mandato é uma situação de o “socorro, o piloto sumiu”. A Presidenta Dilma Rousseff não conseguiu exercer todas essas ferramentas a sua disposição, bem como não conseguiu compor as alianças necessárias para realizar as atividades políticas. O poder no Congresso dos Deputados é mais fragmentado, afinal é mais difícil de colocar a culpabilidade em apenas um dos 513 deputados ou nos 81 senadores. A eleição majoritária da Presidência da República é baseada em uma campanha personalista o que cria com o presidente um vínculo de culpabilidade bem mais presente. Sabe-se a quem penalizar ou recompensar.

Esse ato de culpabilizar apenas uma pessoa, um ator político, está muito claro na situação que estamos vivenciando hoje em dia. As denúncias de corrupção envolvem diversas figuras políticas e muitas delas ocupam importantes cargos na política brasileira. No entanto, o que vemos é o direcionamento de toda a carga de responsabilidade e punição a uma ou duas

figuras de destaque na política. Num cenário paralelo, correm as alianças e acordos daqueles que foram, ao menos por enquanto, poupados do julgamento popular. E, retomando a discussão inicial sobre os partidos, é nesse momento que vemos (e estranhamos) as atitudes de algumas agremiações. Esses movimentos, que se iniciam nos bastidores e depois ganham visibilidade midiática, confundem os cidadãos, mas em última instância, podemos pensar que são manobras previsíveis, especialmente em momentos delicados.

Mas um destaque tem de ser feito: o PT e as suas lideranças têm culpa. Como bem disse o Ministro da Casa Civil Jacques Wagner, em entrevista à *Folha de S. Paulo* no dia 03/01/2016, o PT ao invés de reformar o sistema, ele reproduziu as metodologias já existentes na política brasileira. E por ter sido o maior defensor da necessidade da mudança fora do poder, mas quando nele chegou não realizou as tais modificações, ele é mais penalizado que outros atores que estavam e continuam no poder. O PMDB sofre menos pressão simbólica para a mudança e não causa a sensação de "quebra de contrato" no eleitor, pois não há uma mudança no que ele defendeu em sua trajetória ou alguma promessa, e sim, a sua simples continuação.

Acreditamos que essa pode ser uma penalização inclusive com maior valor ideológico. Partidos de esquerda tendem a ser mais penalizados por corrupção e desvios de função que os de direita. Assim como políticas de cortes de gastos do governo são mais aceitas se realizadas por políticos de direita, afinal é sobre essa ideologia que eles foram forjados. Por isso, a rejeição ao atual governo Dilma acarreta críticas de proporções maiores. Observa-se um somatório de uma crise econômica, um congresso muito mais conservador que os outros governos petistas, um movimento de direita nas ruas cada vez mais forte e um descrédito com o PT devido a escolhas que traem a suas defesas históricas. O partido que teve na atual democracia o

maior respaldo e vínculo com a sociedade perdeu esse e se alinhou ao jogo político que era realizado no Brasil.

O que se tem como resultado é um total descrédito com a política e, mais ainda, os políticos, o que fica claro com as vaias recebidas por Geraldo Alckmin e Aécio Neves em São Paulo, e por Bolsonaro no Rio de Janeiro nas manifestações do dia 13 de março. Os movimentos de "luta pelo Brasil" não conseguiram, ainda, configurar uma liderança de veia política, o que abre espaço para o surgimento de um *outlier* do jogo político. A política brasileira muitas vezes trabalhou com cooptação, ao ser retirado todo o sistema político, frágil ainda, que viemos construindo nos últimos anos e fazer emergir uma liderança de fora do jogo, podemos colocar em risco todo o trabalho de muito tempo. Instituições são forjadas nas disputas e na luta da sua construção. Jogar por terra todo o trabalho de 30 anos é de extrema imprudência.

Mesmo que os partidos tenham perdido alguns graus de confiança e de legitimidade diante dos cidadãos, precisamos lembrar que eles ainda concentram muitas funções e poderes. Os partidos possuem, por exemplo, o monopólio da seleção dos candidatos e cedem a eles o uso de sua marca – cabe aos partidos realizarem algum grau de controle *ex-ante* sobre os seus políticos. Partidos políticos são endêmicos às democracias contemporâneas, por isso a sua existência, vitalidade e os vínculos que eles exercem com a sociedade são de essencial importância para a manutenção da democracia. Existe uma crise importante, mas a saída tem de se dar por dentro da normalidade democrática e essa se passa pelo veio dos partidos políticos. A sociedade se torna mais complexa e é necessário uma atuação mais **política** dos partidos e das nossas lideranças. O sistema democrático é uma engrenagem muito sutil e com várias nuances: romper os partidos é colocar toda a engrenagem em desuso.

Referências

- BARTOLINI, S.; MAIR, P. Challenges to contemporary political parties. In: DIAMOND L.; GUNTHER, R. (Ed.) *Political parties and democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- KECK, Margaret. *PT, A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática. 1991.
- KITSCHOLT, H. Landscapes of political interest intermediation: social movements, interest groups, and parties in the early twenty-first century. In: IBARRA, P. (Ed.) *Social movements and democracy*. New York, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.
- MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, v. 167, p. 277- 293, 2003.
- MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura de Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. *Dados*, v.55, n. 1, p.71-117, 2012.
- MELO, C. R. *O PT e a democracia*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, datilografado. 1994
- MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SAMUELS, D. Las bases del PT: Ideología versus personalismo en su apoyo electoral. *América Latina Hoy*, n.37, p.63-80, 2004.
- TELLES, H. *O PT e a ordem - identidade, conflito e interação: um estudo de caso sobre os candidatos a vereador nas eleições de 1992*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, datilografado, 1997.
- TELLES, H. *Os partidos e a competição política: o desempenho do Partido dos Trabalhadores nas eleições para a Câmara dos Deputados (1982/1998)*. Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de Ciência Política, 2003.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Alberto Vannucci é professor de Ciência Política na Università di Pisa (Itália). Desde 2010 é o diretor do Programa de Mestrado em Análise, Prevenção e Contraste contra o Crime Organizado e Corrupção. Entre suas publicações sobre corrupção se destacam os volumes: *Mani impune. Vecchia e nuova corruzione in Italia* (*Unpunished hands. Old and new corruption in Italy*, 2007, com D. della Porta); *The hidden order of corruption* (com D. della Porta, 2012); *Atlante della corruzione* (*Atlas of corruption*, 2012).

Carlos Ranulfo Melo é professor titular do Departamento de Ciência Política e Coordenador do Centro de Estudos Legislativos da Universidade Federal de Minas Gerais.

Cláudio Gonçalves Couto é cientista político, professor do Departamento de Gestão Pública da EAESP-FGV, pesquisador 1D do CNPq e Secretário Executivo da ANPOCS.

Érica Anita Baptista é jornalista e mestre em Comunicação Social. Atualmente é doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais. É pesquisadora no grupo Opinião Pública, sediado na mesma instituição. Também é pesquisadora no Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), com sede na Universidade Nova de Lisboa.

Fernando Lattman-Weltman é cientista político, sociólogo e professor adjunto do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas. É hoje o presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica).

Helcimara de Souza Telles possui mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Realizou pós-doutorado na Universidad Complutense de Madrid e na Universidad de Salamanca. É professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e coordena o Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral", na mesma instituição.

Luiz Ademir de Oliveira é doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, docente e pesquisador do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Paulo Roberto Figueira Leal é doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Paulo Victor Melo é mestre e doutorando em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP-UFMG) e membro do Grupo Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral, sediado na mesma instituição.

Vera Chaia é professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pesquisadora do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia) e da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado na Univesidad Rey Juan Carlos/Espanha. Coordena o Projeto Temático financiado pela FAPESP - Lideranças Políticas no Brasil: características e questões institucionais.

Vitor Peixoto é doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tem experiência em análises de partidos, eleições e financiamento de campanhas.